

ISSN 2318-3985

Volume 5 Número 9

alumni

Revista discente da UNIABEU



ALUMNI REVISTA DISCENTE DA UNIABEU

UNIABEU CENTRO UNIVERSITÁRIO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO

Belford Roxo

Volume 5, número 9, jan./jun. 2017

Semestral

ISSN 2318 - 3985

Reitor
Valdir Vilela

Vice-Reitor
Paulo Roberto de Menezes Chaves

Pró-Reitora de Graduação, Pesquisa e Extensão
Andréa Santos da Silva Pessanha

Pró-Reitor Administrativo
Antônio Carlos de Santana Costa

Editor da Revista Alumni
Diogo Cesar Nunes da Silva

Conselho Consultivo
Andrea Santos Pessanha, Cláudio Elídio Almeida Portella, Dennis de Carvalho Ferreira, Eduardo José Paz Ferreira Barreto, José Abrantes, Leda Maria da Costa, Márcia Cristina de Vasconcelos, Paulo César Oliveira, Marcos Roberto Batista de Freitas, Patricia Porto Patricia de Cassia Pereira Porto, Reinaldo Guimarães da Silva, Robson Rodrigues de Paula, Shirley de Souza Gomes Carreira, Simone Eliza do Carmo Lessa.

Capa, diagramação e organização do número
Diogo Cesar Nunes da Silva

SUMÁRIO

- 03** EDITORIAL
- 04** A RELAÇÃO DE COLUNA CERVICAL COM A DISFUNÇÃO TEMPOROMANDIBULAR E SEUS PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS
Izabela Cristina Leal de Souza, Rafaella Araujo de Oliveira, Hugo Jorge Almeida Jacques, Nelson Ayres Barras, Rafael Luzes
- 10** ATUAÇÃO DO FISIOTERAPEUTA NAS DISFUNÇÕES SEXUAIS FEMININAS
Santrine Trindade, Rafael Luzes
- 17** BREVES IMPRESSÕES SOBRE FEYNMAN E HALLIDAY EM TORNO DA CINEMÁTICA
Raquel Anna Sapunaru, Raphael Rolim Costa
- 26** SOBRE A SUTIL VIOLÊNCIA DA IDEOLOGIA
Maria Greice Rodrigues da Silva, Ana Paula de Oliveira Souza
- 33** FRANKENSTEIN: UM OLHAR SOBRE AS DIFERENÇAS ENTRE AS EDIÇÕES DE 1818 E 1831
Ana Carolina Lannes da Silva Barros
- 44** RESENHA DE *ESCRITORES, CRÍTICOS E LEITORES FORA DO LUGAR*
Erick da Silva Bernardes

EDITORIAL

Diz-se que “aluno”, palavra derivada do latim “*alumnus*” (no plural, “*alumni*”), significa “sem luz”, pois o prefixo “*a*” seria negação de *lumen*, “luz”. Etimologicamente, trata-se de um equívoco. “Aluno” deriva do verbo “*alére*”, cujo significado remete ao crescimento e à nutrição. *Alumnus*, aluno, em seu sentido primitivo, por assim dizer, remete à noção de discípulo, de pupilo, e mesmo à de criança dada a alguém para ser alimentada. Em suma, etimologicamente, aluno é aquele que está em processo de crescimento, alimentando-se, sob cuidado de outrem.

Podemos, todavia, confrontar aquele equívoco, não pela etimologia, mas pelo próprio uso. Seria sem luz, imagina-se, ou porque “ainda não” tem luz, ou porque simplesmente se pretende, assim, demarcar distinção em relação ao professor, aquele que supostamente “tem” luz. De um jeito ou de outro, é posto o *alumnus* num lugar de inferioridade em relação ao que é iluminado (ou ao professor, bastião da luz, ou ao próprio saber).

Se, ao resgatarmos seu sentido etimológico, aluno é aquele que está se nutrindo sob tutela de alguém, caberia questionar: de que se alimenta o *alumnus*? Se respondermos “de saber” (ou, como muitos ainda dizem, da “luz do saber”), então acabaremos fazendo coro àquele equívoco primeiro, ainda mais se tivermos em vista que seja alimentado, justamente, por um tutor (novamente, o iluminado). A aposta kantiana no Esclarecimento quer nos levar para uma direção contrária. O Esclarecimento, disse Kant, é a saída da tutela, é a coragem e a ousadia de ser livre, fazendo uso do próprio entendimento. O problema, e devemos sabê-lo ao menos desde Adorno e Horkheimer, é que a “luz da razão” não somente pode nos cegar como nos tem cegado. Completamente “iluminada”, eles disseram, a Terra recaiu na barbárie.

Talvez fosse o caso de mergulhar no equívoco etimológico para tirar dele algum conteúdo de verdade. Façamos de conta que o prefixo “*a*” se refira a *lumen*, luz, mas observemos que o “*a*”, em português, porta uma curiosa ambivalência, pois que sob influência tanto do latim quanto do grego: pode tanto implicar em negação, em *a*-fastamento, quanto, ao contrário, em *a*-proximação. Deste nosso exercício poderíamos entrever um outro significado: *a-lumen* como uma aproximação ambivalente em relação à luz, como um “estar à sombra”, buscando certo equilíbrio entre razão e emoção, entre racionalidade e afetividade. Não se trataria mais de coragem, ou de ousadia, simplesmente, tampouco de um elogio ao irracionalismo, mas da busca atenta e autocrítica por um meio-termo que reconheceria a sua própria ambivalência, e, mais, as contradições da razão. Não poderíamos de modo algum afirmar que fosse tal o “verdadeiro significado” de “aluno”. Mas podemos dizer, contudo, que a própria negativa a algum (a qualquer que seja) “verdadeiro significado” marque bem essa posição de uma aproximação ambivalente. Eis o desafio de uma racionalidade que intente reconhecer, em si mesma, suas contradições: se aproximar da verdade sem se deixar fascinar por qualquer dogmatismo. **Alumni**, pois: não aqueles que se nutrem sob tutela de outrem, não os que fetichizam o conhecimento como verdade absoluta, mas os que se engajam no saber compreendendo que verdadeiro é o próprio processo, devir, sem chegada garantida.

Diogo C. Nunes
Editor

A RELAÇÃO DE COLUNA CERVICAL COM A DISFUNÇÃO TEMPOROMANDIBULAR E SEUS PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS

Izabela Cristina Leal de Souza¹

Rafaella Araujode Oliveira¹

Hugo Jorge Almeida Jacques²

Nelson Ayres Barradas²

Rafael Luzes²

RESUMO: A articulação temporomandibular é uma articulação sinovial que faz parte do sistema estomagnático, as alterações que interferem no bom funcionamento geram uma disfunção temporomandibular. O objetivo desse estudo é revisar a ligação da DTM com o desvio de coluna cervical e os seus principais sinais e sintomas. Este estudo foi embasado em levantamento bibliográfico com as buscas realizadas em base de dados (SciELO e google acadêmico) com suas respectivas estratégias de busca. Conclui-se que existe uma correlação significativa com desvio de coluna cervical e indivíduos com DTM e sinais e sintomas do grupamento muscular da cadeia posterior e anterior.

Palavras-chave: Articulação Temporomandibular; Disfunção temporomandibular; Coluna cervical; Desvio postural.

INTRODUÇÃO

A articulação temporomandibular (ATM), se localiza entre a fossa mandibular e o tubérculo articular do osso temporal, superiormente, e a cabeça da mandíbula, inferiormente. É uma articulação sinovial que permitem os movimentos funcionais da ATM, tais como: Depressão, elevação, protrusão, retração e lateralização (OLIVEIRA e CRIVELLO, 2004).

A ATM e sua musculatura fazem parte do sistema mastigatório, formado pela seguinte estrutura, maxila, mandíbula, os dentes, a língua, os músculos, entre eles Masseter, Temporal, pterigoideos mediais e laterais, que influenciam o bom funcionamento da articulação (BIASATTO-GONZALES, 2005; GOLDSTEIN *et al.*, 1984). As alterações que interferem no bom funcionamento da ATM e da musculatura mastigatória associada, entre outras estruturas, são denominadas por disfunção temporomandibular (DTM), que pode se originar através de hábitos que excedam as atividades fisiológicas do sistema estomagnático, como onicofagia (hábito de roer unhas), atrito dos dentes, bruxismos, hábitos de morder o lábio, mordida cruzada, levam a má oclusão, podendo afetar indivíduos de qualquer faixa etária, entre 20 á 45 anos principalmente o gênero feminino. As alterações oclusais induzem um aumento da tensão e fadiga muscular, ocorrendo alterações posturais da coluna cervical (BRICOT, 2004).

A musculatura cervical tem a função de estabiliza à cabeça e auxiliar na movimentação da mandíbula, os músculos que tem a função de estabilizar a cabeça, mas não participam diretamente do controle mandibular. São eles esternocleidomastoideo, os suboccipitais e o trapézio. O grupamento crânio-cervico-mandibular, quando

¹ Acadêmicas do curso de Fisioterapia da UNIABEU Centro Universitário.

² Docentes da UNIABEU Centro Universitário.

sobre carregados desorganizam a harmonia estrutural, causando as alterações da coluna cervical (GADOTTI *et al.*, 2005).

Uma alteração de coluna cervical pode influenciar no posicionamento da mandíbula, alterando a estrutura musculoligamentar da ATM, gerando uma postura compensatória, causando uma tensão inicial em uma cadeia muscular (MAZZETTO *et al.*, 2006).

Segundo Bricot (2004), o excesso do trabalho da musculatura mastigatória leva a um encurtamento da cadeia musculatura posterior do pescoço e ao alongamento da musculatura anterior, ocorrendo esse mecanismo, termos uma anteriorização da cabeça acarretando um distúrbio da posição e da função da coluna cervical.

De acordo com Ferraz (2004), a postura da cabeça interfere na posição da mandíbula, e reciprocamente, observa-se que as origens dessas alterações posturais estão nos grupamentos musculares estomatognáticas.

Os sinais e sintomas da DTM estão às limitações dos movimentos articulares, dores orofaciais, cefaleia, espasmos muscular, fadiga da musculatura cranio cervicofacial e da mastigação, presença de ruídos ou crepitações ao movimentar a articulação, zumbidos nos ouvidos, má oclusão (BIASOTTO-GONCALVES, 2005).

O objetivo desse estudo é revisar a ligação da coluna cervical com a DTM que gera desvio postural e alteração no posicionamento da mandíbula, ocorrendo sinais e sintomas.

METODOLOGIA

Este estudo foi embasado em levantamento bibliográfico com as buscas realizadas em base de dados (SciELO e google acadêmico) a partir dos buscadores: ATM, DTM, relação de coluna cervical e articulação temporomandibular, desviam de coluna cervical em pacientes com DTM. O período de busca ocorreu entre julho e novembro de 2016. Foram utilizados 16 artigos no período de 2008 a 2016, o estudo foi organizado em tabela de ordem crescente de acordo com o ano, os critérios de inclusão para a pesquisa foram artigos que apresentaram disfunções temporomandibular (DTM), cervicalgia, bruxismo, alteração de cadeia muscular posterior, alteração de desvio da cabeça. Foram excluídos artigos que relacionavam a DTM com alterações emocionais.

RESULTADOS

Em concordância com os critérios de inclusão e exclusão e após a utilização da estratégia de buscas nas bases de dados relacionados a “A relação da coluna cervical e disfunção de articulação temporomandibular” foram utilizados 10 artigos.

Dentre os artigos 8 foram observados sinais e sintomas de dor orofaciais, ruídos na ATM, bruxismo, dificuldade de abrir a boca, desordem muscular na cadeia posterior, alteração posturais da cabeça e do sistema estomatognático. E somente 2 relata que os sinais e sintomas não têm relação direta com o ângulo da cervical, porém o mesmo afirma que a lordose cervical pode influenciar na postura da mandíbula, como forma de compensação postural.

Marques (2008) foi verificado que a má oclusão está relacionada com a escoliose postural, causando um desequilíbrio na cadeia muscular posterior. Já Nunes (2015) verificou a flexibilidade da cadeia posterior em pacientes de DTM leve, moderada, severa e sem DTM, chegando à conclusão que o maior grupo com presença de desvio padrão foi os de DTM leve.

Para (BGD,2009), os sintomas de cefaléia e cervicálgia têm relação significativa na diminuição da mobilidade da coluna cervical e da articulação temporomandibular, a dor muscular do músculo esternocleidomastoide pode ser responsável pela diminuição da mobilidade articular, pois é um dos responsáveis pela movimentação da coluna cervical. Existe uma relação significativa da coluna cervical e a articulação temporomandibular, ocorrendo uma anteriorização com lateralização da cabeça, com isso levando a uma sobrecarga nas musculaturas posteriores gerando dores orofaciais (BASSO, 2010 e PIERRE, 2013).

Chiodelli 2012 em seu estudo observou que o desvio postural da cabeça esta presente na maioria dos indivíduos com DTM que manifestam dor facial unilateral, apresentando também desvio durante a abertura de boca, reforçando a relação entre a musculatura da cabeça e região cervical. A DTM participa ativamente no posicionamento de anteriorização da cabeça, afirmando que a hiperatividade dos músculos da mastigação pode gerar uma alteração da mandíbula (CASTILLO, 2016).

A relação do desvio da cabeça e dos sinais e sintomas dos movimentos mandibulares podem influenciar uma a outra, ocorrendo à aproximação entre o osso hioide e a terceira vértebra cervical com severidade da DTM (MILANESI, 2013). Outros autores em sua pesquisa afirmam que os sinais e sintomas presentes tais como cefaleia, dor muscular e ruídos na ATM não têm relação direta com ângulo cervical, porem constatou-se que há uma relação moderada da lordose cervical com a dificuldade de abrir a boca (VIANA, 2015 E MIGHELLI, 2011).

Autor / ano	Distúrbio	Relação ATM e coluna cervical
Marques / 2008	Escoliose e má oclusão	A relação entre as duas estruturas existe através da íntima relação dos músculos da cabeça e região cervical que poderiam levar a DTM.
BGD/2009	Diminuição da mobilidade Articular	Cefaleia e dor muscular, apresentando menor mobilidade da coluna cervical.
Basso / 2010	Disfunção temporomandibular e desvio posturais	Desvio de anteriorização com inclinação lateral e rotação da cabeça, elevação dos ombros e retificação da coluna cervical.
Minglèlli / 2011	Sintomas da DTM e Alterações da coluna cervical	Aumento da curvatura cervical, cefaleia, torcicolo e ruídos nas ATMs em pacientes com DTM
Chiodelli/2012	Desordem temporomandibular e inclinação da cabeça	Relação entre a inclinação da cabeça e sinais e sintomas em pacientes com DTM.
Milanesi/2013	Desordem temporomandibular e sinais e sintomas	Relação da anteriorização da cabeça com os sinais e sintomas dos movimentos mandibulares.

Pierre / 2013	Disfunção temporomandibular e alterações posturais	Anteriorização e lateralização da cabeça, retificação da coluna torácica, assimetria na altura dos ombros e cintura escapular.
Viana /2015	Sinais e sintomas da DTM	Não foi encontrada correlação do ângulo cervical com os sinais e sintomas.
Nunes / 2015	Associação entre flexibilidade da cadeia posterior e a DTM	DTM influência na flexibilidade da cadeia muscular posterior e apresentaram escapulas elevadas.
Castillo / 2016	Posição da cabeça em pacientes com disfunção temporomandibular	Algias musculares, pode levar o aumento do tônus muscular, ocorrendo a anteriorização da cabeça e a retração da mandíbula.

Tabela: Distribuição de resultados segundo autores

DISCUSSÃO

De acordo com estudo foi observado a relação crânio-coluna cervical é sustentado por um complexo de grupamento muscular que envolve cabeça, pescoço, e escapula (SHIRAISHI, 2014). A hiperatividade muscular dos músculos da mastigação e coluna cervical pode influenciar no posicionamento da cabeça e mandíbula, fazendo com que o sistema estomatognático seja afetado.

O Sistema Estomatognático (SE) é uma região funcional composto pela junção da ATM e componentes neuromusculares. É um conjunto de estruturas complexo que envolve a mandíbula, hioide, músculo da mastigação, da deglutição e facias entre outros (REHDER MI, 2004 & CASTRO MSJ, 2012). Acredita-se que a dificuldade de abrir a boca pode alterar a fala, a mastigação e interfere na deglutição, fazendo com que ocorrendo uma instabilidade neuromuscular do SE, prejudicando a contração dos músculos mastigatórios (PERREIRA, 2005). A contração inadequada desses músculos sobrecarrega a musculatura da cervical, influenciando no posicionamento craniocervical.

A alteração craniocervical gera um desequilíbrio nos músculos extensores e flexores da coluna cervical, supra e infra-hioideos, músculos mastigatórios, trapézio e esternocleidomastoideo, sendo um dos principais responsáveis pela movimentação da coluna cervical (PALLEGEMA, 2004, ARMIJO, 2001 & OMURE/2008).

Quando ocorre o desvio da cabeça gera um espasmo muscular da cadeia posterior e facial, levando sinais e sintomas como cefaléia, dor orofacial, fadiga da musculatura do crânio e da mastigação. Esse mecanismo de dor ocorre pela liberação do hormônio estrogênio que desempenha o papel de sensibilidade dolorosa nos músculos mastigatórios e na patogênese DTM. O estrogênio é um fator de risco para a DTM e outras condições de dor crânio facial segundo, o mesmo pode agir na região periférica e central na modulação da dor (BEREITER, 2011). Em outro estudo Weber (2012) a relação entre a DTM e a disfunção cervical, esta sendo atribuída à inervação do complexo trigêmeo-cervical e a hiperalgesia em indivíduos com DTM e não a alterações posturais craniocervicais. A inervação desse complexo é dividida em mecanismo inibitório e excitatório, e é uma dos responsáveis pela

condução de dor na cabeça e face. A tensão muscular pode ser um dos excitadores do trigemino-cervical gerando dor orofacial e cefaleia, que é um dos sintomas, mas comum.

CONCLUSÃO

Conclui-se que existe uma correlação dos sintomas e sinais (dor orofaciais, ruídos na ATM, cefaléia, bruxismo, dificuldade de abrir a boca e anteriorização da cabeça com lateralização para o lado) de DTM com a coluna cervical, devido à cadeia muscular posterior sofrer uma possível tensão, podendo gerar uma alteração postural ocasionando hiperlordose cervical e retração mandibular, fazendo com que ocorra um desequilíbrio, podendo assim afetar o sistema estomatognático.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARMIJO-Olivo S, Silvestre R, Fuentes J, da Costa BR, Gadotti IC, Warrenet S, et al. Clinic and teleradiographic alterations in patients with anterior disc displacement with reduction. **Kinesiologia** 2001;64:82.
- BASSO D, Corrêa E, Silva AM. Efeito da reeducação postural global no alinhamento corporal e nas condições clínicas de indivíduos com disfunção temporomandibular associada a desvios posturais. **Fisioterapia e Pesquisa**, 2010; 17(1): 63-8.
- BEREITER DA, Okamoto K. Neurobiology of estrogen status in deep craniofacial pain. **Int Rev Neurobiol.** 2011;97:251-84.
- BIASOTTO-Gonzalez DA. Abordagem interdisciplinar das disfunções temporomandibulares. São Paulo: **Manole**, 2005. 225p.
- BDG Moreno. Avaliação clínica e da qualidade de vida de indivíduos com disfunção temporomandibular. **Ver Bras fisioter**, São Carlos, V.13,n.3,p.210-4,mai./jun.2009.
- BRICOT, Bernard. **Posturologia**. 3 ed. São Paulo: Ícone, 2004.
- CESAR M, postura cervical e classes oclusais em bruxistas e indivíduos assintomáticos de dtm; **Revista de Odontologia da Universidade Cidade** de São Paulo 2006 maio-ago; 18(2)155-60
- FERRAZ AM Jr,Guimarães JP,Rodrigues MF,Lima RHM. Avaliação da prevalence das alterações posturais com desordem temporomandibular: uma proposta terapêutica.**Rev Serv ATM.** 2004;4(2):25-32.
- FERREIRA CL, Da Silva MA, Felício CM. Orofacial myofunctional disorder in subjects with temporomandibular disorder. **Cranio.** 2009;27(4):268-74.
- GADOTTI, I C, Berzin, F,Biasotto-Gonzalez, Preliminary rapport on head posture and muscle activity in subjects with class I and II. **Journal of Oral Rehabilitation** 32 (11), 794799, 2005.
- MARQUES Kátia, Luciana Santos, Simone Fernandes. Averiguação da possível relação existente entre a má-oclusão dental e tipo de escoliose postural em escolares de 14-15 anos do Colégio de Aplicação Professor Paulo Gissoni no Estado do Rio de Janeiro. **Rev Fisioterapia Ser** • vol. 3 - nº 4, 2008.
- MAZZETTO, M. O.; NASCIMENTO, G.; GOMES, N. M. S. Estudo da prevalência das alterações das funções estomatognáticas em pacientes com disfunção temporomandibular. **J. Bras. Fonoaudiol.**, Curitiba, v. 3, n. 11, p. 140-147, abr.-jun. 2002.
- MILANESI JM, Corrêa ECR, Borin GS, Souza JA, Pasinato F. Avaliação eletromiográfica e músculos mastigatórios com uso de acupuntura em indivíduos com desordem temporomandibular. **Rev Fisioter Pesq.** 2011;18(3):217-22

- MINGHELLI, B. et al. Associação entre os sintomas da disfunção temporomandibular com factores psicológicos e alterações na coluna cervical em alunos da Escola Superior de Saúde Jean Piaget do Algarve. **Rev. port. saúde pública**, Lisboa, v. 29, n. 2, p. 140-147, jul./ dec. 2011
- NUNES.C, Associação entre flexibilidade da cadeia muscular posterior e severidade de disfunção temporomandibular, 2015 **Revista de Ciências Médicas e Biológicas**.
- OLIVEIRA MFR, Crivello JR. Comportamento da movimentação mandibular em pacientes com disfonia funcional e organofuncional. **J Bras Fonoaudiol**. 2004 .
- OMURE H, Miyawaki S, Nagata J, Ikeda K, Yamasaki K, Alkalaly A, et al. Influence of forward head posture on condilar position. **J Oral Rehabil**. 2008;35(11):795-800. doi:10.1111/j.1365-2842.2007.01834.x.
- PIERRE Hugo Antonio da Costa. Estudo da avaliação postural dos participantes do projeto de fisioterapia bucomaxilofacial e eletromiografia da faculdade Estácio do Ceará. **Fisioterapia Ser** • vol. 8 - nº 4 • 2013
- REHDER MI, Ferreira LP, Befi-Lopes DM, Limongi SCO. Inter-relações entre voz e motricidade oral. In: Ferreira LP, Befi-Lopes DM, Limongi SCO. (Org.). **Tratado de fonoaudiologia**. São Paulo: Roca, 2004. p.59-64.
- SHIRAISHI CF, Salgado AS, Kerppers II, Furmann M, Oliveira TB, Ribeiro LG, et al. Influence of the use of dental prostheses in balance and body posture. **MTP & Rehab Journal**. 2014;12:83-6.
- TAVARES JG, Silva VA, Alves EHA. Considerações teóricas sobre a relação entre respiração oral e disfonia. **Rev Soc Bras Fonoaudiol**. 2008.
- VIANA Máira de Oliveira. Avaliação de sinais e sintomas da disfunção temporomandibular e sua relação com a postura cervical. **Rev Odontol UNESP**. 2015 May-June; 44(3): 125-130
- WEBER P, Corrêa ECR, Ferreira FS, Soares JC, Bolzan GP, Silva AM. Cervical spine dysfunction signs and symptoms in individuals with temporomandibular disorder. **J Soc Bras Fonoaudiol**. 2012;24(2):134-9. doi:10.1590/S2179-64912012000200008.

ABSTRACT

The temporomandibular joint is a synovial joint which is part of the estomagnatico system, the changes that interfere with the proper operation generate a temporomandibular joint dysfunction. The aim of this study is to review the DTM with the diversion of the cervical spine and its principal signs and symptoms. This study was based on bibliographic survey with the searches performed in the database (Scielo and academic goolge) with their respective search strategies. It is concluded that there is a significant correlation with deviation of the cervical spine and subjects with TMD and signs and symptoms of muscle grouping of posterior and anterior chain. **Keywords:** Temporomandibular Joint; Temporomandibular Joint Dysfunction; cervical spine; postural deviation.

ATUAÇÃO DO FISIOTERAPEUTA NAS DISFUNÇÕES SEXUAIS FEMININAS

Santrine Bezerra Trindade¹

Rafael Luzes²

RESUMO: O objetivo deste trabalho é mostrar a importância da fisioterapia ginecológica e atuação do fisioterapeuta no tratamento das disfunções sexuais femininas. Foi realizado uma busca nas bases de dados: SciElo, Google acadêmico, Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) e um livro: Fisioterapia aplicada a obstetrícia, o período da pesquisa bibliográfica foi de agosto de 2016 a abril de 2017. Foram encontrados artigos que utilizaram a cinesioterapia, biofeedback, eletroestimulação e terapia manual, sendo essas técnicas utilizadas associadas ou não para o tratamento de dispareunia, vaginismo, anorgasmia e transtorno de desejo e excitação.

Palavras-chave: Disfunção sexual feminina; fisioterapia; tratamento; vaginismo; dispareunia.

INTRODUÇÃO

As disfunções sexuais são classificadas como transtorno do desejo sexual hipoativo, transtorno da excitação sexual, transtorno ou disfunção orgásmica, dispareunia e vaginismo. São pouco detectadas, apesar de ter alta prevalência em mulheres ao longo da vida (GOUVEIA et al. 2015).

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS) a felicidade sexual é caracterizada como uma condição indispensável para a questão da saúde. Afirma que a falta de prazer pode provocar diversos problemas como tensão constante, mau humor, depressão, insônia, entre outros fatores (LUZ & SILVA, 2012).

A disfunção sexual também acomete os homens, mas nesse trabalho iremos enfatizar nas disfunções sexuais presentes nas mulheres que também é um fenômeno frequente. Resultados da Pesquisa Nacional de Saúde e Vida Social (NHLS) mostram que entre 30 e 50% de mulheres americanas têm algum tipo de disfunção sexual (LAUMANN et al., 1999).

No Brasil, de acordo com a pesquisa do Estudo da Vida Sexual do Brasileiro (EVSB), no qual foram pesquisadas 3.148 mulheres em 18 cidades, observou que 51% delas referiam alguma disfunção sexual. Em estudo semelhante, foi encontrado 49% das mulheres com pelo menos uma disfunção sexual, sendo o desejo sexual hipoativo (26,7%) o mais encontrado, seguido de dispareunia (23,1%) e disfunção orgásmica (21%), mas a disfunção sexual feminina ainda é pouco estudada (FITZ, 2016).

Na mulher a disfunção sexual mais comum é conhecida por vaginismo, que é caracterizada por uma contração involuntária da musculatura perineal quando se tenta uma penetração vaginal com o pênis, dedo, tampão ou espéculo, e dispareunia que é definida como dor durante o ato sexual, ocasionando em angústias pessoais e dificultando tanto as relações interpessoais quanto a qualidade de vida (Ferreira et al, 2007).

Lucas *et al* (2010) afirmaram que as disfunções sexuais femininas têm um percentual alto, porém grande parte das mulheres não procura ajuda médica, por vergonha, por frustração ou por falhas nas tentativas de tratamentos anteriores.

A fisioterapia apresenta um avanço relativamente recente em seu tratamento e pode ser uma alternativa eficaz para mulheres que apresentam essas disfunções (BIANCO & BRAZ, 2004). O tratamento proporciona melhora da saúde sexual, maior autoconsciência, autoconfiança, melhora da imagem corporal e diminuição da ansiedade (MENDONÇA & AMARAL, 2011).

¹ Acadêmica do curso de Fisioterapia da UNIABEU Centro Universitário.

² Docente da UNIABEU Centro Universitário.

O objetivo deste trabalho é mostrar a importância da fisioterapia ginecológica e atuação do fisioterapeuta no tratamento das disfunções sexuais femininas. Sendo um tema pouco abordado pelos profissionais de saúde ou até desconhecido sobre qual profissional procurar para um atendimento especializado nesses casos.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento desse trabalho foi realizado uma busca nas bases de dados: SciELO, Google acadêmico, Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) e um livro: Fisioterapia aplicada a obstetrícia, o período da pesquisa bibliográfica foi de agosto de 2016 a abril de 2017. Foram utilizados artigos publicados no período de 2004 a 2016 para embasar os resultados e foi utilizado alguns artigos clássicos anterior a dez anos de pesquisa quando eram estritamente necessários, foram utilizados artigos nas línguas português e inglês. Deste modo, foram usados 28 artigos das bases de dados supracitados e 1 livro. Foi utilizado como critério de inclusão estudos que utilizaram técnicas fisioterapêuticas para o tratamento das disfunções sexuais em mulheres e critérios de exclusão artigos que utilizaram homens e outro tipo de tratamento com atuação de outros profissionais da área de saúde. As palavras chave pesquisadas foram: Disfunção sexual feminina, fisioterapia, tratamento, vaginismo e dispareunia.

RESULTADOS

Os resultados encontrados neste estudo mostram que, dos 10 artigos utilizados na tabela 1, 3 autores citaram a cinesioterapia como tratamento na disfunção sexual feminina, 5 autores citaram a cinesioterapia associada a outra intervenção fisioterapêutica como o uso de correntes de eletroestimulação (TENS e FES), terapias manuais e biofeedback, 1 autor citou o uso do TENS associado ao biofeedback e 1 autor citou a terapia manual como tratamento. Observou-se que a fisioterapia é um tratamento eficaz no tratamento das disfunções sexuais femininas e a cinesioterapia é citada por maior parte dos autores.

De acordo com os artigos pesquisados, Tomen et al, (2016) descreveram o vaginismo, da mesma forma que Antonioli & Simões (2010), Moreira (2013), Jeng et al, (2006) e SEO et al, (2005), que é caracterizada por espasmos involuntários persistentes ou recorrentes da musculatura perineal e que interferem na vida sexual da mulher. Sendo que o primeiro e o segundo citaram como tratamento para o vaginismo a cinesioterapia, TENS, biofeedback e terapia manual, o terceiro e o quarto utilizaram a cinesioterapia e o quinto utilizou como tratamento a cinesioterapia e FES. A melhora da vida sexual foi relatada em todos os tratamentos, sendo que o estudo realizado por SEO et al, foi um estudo durante 12 semanas e após 8 semanas de tratamento, todos as pacientes já haviam relatado conseguir penetração vaginal. Já o estudo feito por Jeng et al, foi o mais demorado, 12 meses de tratamento, porem todas as mulheres conseguiram penetração vaginal, alcançaram o orgasmo e após um ano estavam grávidas.

Em relação a dispareunia, que é caracterizado pela dor durante o ato sexual, um estudo realizado por Dionisi & Senatori (2011), com 45 mulheres que apresentavam dispareunia no pós-parto, foram submetidas a eletroestimulação intravaginal (TENS) uma vez por semana durante 30 minutos e cinesioterapia com treino da musculatura do assoalho pélvico, orientadas a realizar contração e relaxamento perineal diariamente em casa, durante 15 minutos pela manhã e 10 minutos a noite durante 5 semanas. Em concordância, Piassarolli et al, (2010) e Antonioli & Simões (2010) também abordaram a dispareunia em seus estudos, Piassarolli realizou um estudo com 45 mulheres, realizando 10 sessões de cinesioterapia, ao final do tratamento concluiu-se que o treino da musculatura do assoalho pélvico resultou na melhora da força muscular, com melhora na função sexual, também cita o mesmo tratamento para pacientes com transtorno de desejo e excitação, que é caracterizado pela deficiência ou ausência do desejo sexual. Antonioli & Simões (2010) citaram como tratamento para dispareunia a cinesioterapia, biofeedback, TENS e terapia manual com resultados satisfatórios em pacientes portadoras dessa disfunção.

Lawrence et al, (2004) realizaram estudo clínico com 29 mulheres com dispareunia, que foram submetidas a terapias manuais com objetivo de diminuir a dor e restaurar a mobilidade, melhorando a elasticidade e distensibilidade do tecido mole, foi comprovado a melhora da musculatura do assoalho pélvico e diminuição dos espasmos do assoalho pélvico e concluíram com esse estudo que a terapia manual deve ser considerada um novo complemento para o tratamento das disfunções sexuais tendo um bom resultado com essa técnica utilizada para o tratamento, todas as pacientes apresentaram melhora após o tratamento que foi realizado durante 10 sessões. Antonioli & Simões (2010) referiram a anorgasmia, que é caracterizada pela inibição recorrente ou persistente do orgasmo, a mulher tem interesse sexual porém tem dificuldade de atingir o orgasmo, da mesma forma que Medeiros & Braz (2004) e Gouveia et al, (2015) citam em seu estudo. O primeiro cita como tratamento para essa disfunção, a cinesioterapia, biofeedback, terapias manuais e TENS, já o segundo relatou benefícios no tratamento da anorgasmia com a cinesioterapia em um estudo quase experimental com 4 mulheres, utilizando o uso de cones vaginais para graduação de força perineal, e exercícios com cones durante 10 sessões, o terceiro realizou um estudo descritivo com 32 mulheres, ao qual foram avaliadas por meio de fichas de avaliação e avaliação da função muscular do assoalho pélvico. As pacientes foram submetidas a protocolos de exercícios perineais uma vez por semana no ambulatório e orientada a realizar em casa uma vez ao dia, ao termino do tratamento as pacientes submetidas aos exercícios perineais conseguiram atingir o orgasmo, comprovando a eficácia da cinesioterapia no tratamento. Todos os autores acima afirmaram que a fisioterapia aplicada a anorgasmia surge como uma nova opção de tratamento que poderá minimizar a disfunção entre as mulheres, tendo resultados significativos em pacientes submetidas a esse tratamento.

REFERÊNCIA	DISFUNÇÃO SEXUAL	SINTOMAS	TRATAMENTO
TOMEN et al (2016)	Vaginismo	Contração involuntária da musculatura perineal.	Cinesioterapia, TENS, biofeedback, terapia manual.
ANTONIOLI & SIMÕES (2010)	Vaginismo	Contração involuntária da musculatura perineal.	Cinesioterapia, biofeedback, terapia manual e TENS.
MOREIRA (2013)	Vaginismo	Contração involuntária da musculatura perineal.	TENS e biofeedback.
JENG et al (2006)	Vaginismo	Contração involuntária da musculatura perineal.	Cinesioterapia.
SEO et al (2005)	Vaginismo	Contração involuntária da musculatura perineal.	Cinesioterapia e FES.
DIONISI & SENATORI (2011)	Dispareunia	Dor durante o ato sexual.	Cinesioterapia e TENS.
PIASSAROLLI et al (2010)	Dispareunia	Dor durante o ato sexual.	Cinesioterapia.
PIASSAROLLI et al (2010)	Transtorno de desejo e excitação	Deficiência ou ausência do desejo sexual.	Cinesioterapia.
ANTONIOLI & SIMÕES (2010)	Dispareunia	Dor durante o ato sexual.	Cinesioterapia, biofeedback, terapia manual e TENS.

LAWRENCE et al (2004)	Dispareunia	Dor durante o ato sexual.	Terapia Manual.
ANTONIOLI & SIMÕES (2010)	Anorgasmia	Inibição recorrente ou persistente do orgasmo.	Cinesioterapia, biofeedback, terapia manual e TENS.
MEDEIROS & BRAZ (2004)	Anorgasmia	Inibição recorrente ou persistente do orgasmo.	Cinesioterapia e biofeedback.
GOUVEIA et al (2015)	Anorgasmia	Inibição recorrente ou persistente do orgasmo.	Cinesioterapia.

Tabela: Distribuição de Autores e Ano, Disfunção sexual, sintomas e terapêutica.

DISCUSSÃO

A atuação do fisioterapeuta nas disfunções sexuais femininas consiste no fortalecimento da musculatura do assoalho pélvico, a melhora da consciência corporal da mulher de forma a conscientizá-la da contração voluntária desses músculos, estimulando seu fortalecimento e relaxamento, promovendo uma melhora da atividade sexual, diminuindo qualquer dor e desconforto e levando a paciente a uma vida sexual prazerosa (MOREIRA JUNIOR et al, 2005).

A utilização da cinesioterapia foi citada por 8 autores nesse estudo em concordância aos autores, Rett et al (2005), afirmaram que a cinesioterapia tem como objetivo restaurar a força, função e conscientização da musculatura do assoalho pélvico com exercícios perineais. Os exercícios de contração voluntária do assoalho pélvico levam a uma melhora da percepção, da consciência corporal e da vascularização da região pélvica. A forma que o treino da musculatura do assoalho pélvico associa-se a função sexual tem relação ao fortalecimento dos músculos do assoalho pélvico, principalmente dos músculos isquiocavernoso e bulboesponjoso, pois esses músculos auxiliam na excitação pois tem inserção no corpo cavernoso do clitóris, o que também justifica a melhora da disfunção sexual após o fortalecimento dos músculos do assoalho pélvico, é o fato da resposta orgástica da mulher ser um reflexo sensorio-motor que promove contrações dos músculos perineais durante o orgasmo. Embasando os resultados dos autores que citam essas técnicas, Nolasco et al, (2007) disseram que os exercícios para reeducação e fortalecimento dos músculos do assoalho pélvico podem ser aplicados sozinhos ou em conjunto com técnicas de eletroestimulação e biofeedback para tratamento, treinamento e reabilitação.

O uso de cones vaginais é uma modalidade que trabalha a musculatura do assoalho pélvico com utilização de cones, que são pequenas cápsulas de formato anatômico, composta de material resistentes e relativamente pesados, os cones possibilitam ganho de força e resistência muscular, quando introduzido no canal vaginal tende a deslizar levando o assoalho pélvico a se contrair de forma reflexa na tentativa de retê-lo, as pacientes retêm os cones cada vez mais pesados, de diferentes pesos progressivos, variando de 20g a 70g aproximadamente (BARACHO, 2002).

Os exercícios de Kegel, elaborado por Arnold Kegel (1951), são utilizados para ganhar controle sobre os músculos do assoalho pélvico, consiste em exercícios voluntários de contração e relaxamento da musculatura. Os exercícios associam-se a respiração da paciente com instruções verbais do fisioterapeuta, executando contrações sustentadas em diferentes posições. Essa técnica auxilia tanto no fortalecimento quanto na conscientização perineal e é utilizada associada a outras técnicas fisioterapêuticas (BEREK, 2008).

A eletroterapia tem função de analgesia, a utilização do TENS para o tratamento da dor, é baseado na teoria das comportas, onde os impulsos da TENS são transmitidos através de fibras de grosso calibre, do tipo A, que são de rápida velocidade, já os estímulos da dor são transmitidos através de fibras de calibre menor, do tipo C,

que são lentas, desta forma os estímulos da TENS chegam primeiro ao corno posterior da medula, e despolarizam a substância gelatinosa de Holando, impedindo que os estímulos da dor passem para o tálamo. Sendo assim, as comportas ou portões da dor são fechados, na qual ocorre a inibição da informação da dor. Age também estimulando a liberação endógena de opioides pelo organismo (MURINA et al, 2008). A TENS também é utilizada para o fortalecimento dos músculos do assoalho pélvico, realizando uma contração passiva da musculatura perineal, Delgado & Ferreira (2014) também mostrou resultados positivos no tratamento das disfunções sexuais femininas. O uso do tens foi citado por 4 autores nesse estudo em combinação a outras terapias, em concordância com os autores que citaram o uso da TENS como tratamento, Wolpe et al, (2016) afirmaram que a utilização do TENS mostra-se efetivo no tratamento das disfunções sexuais femininas.

Seo et al (2005) utilizaram como tratamento para o vaginismo a utilização da FES com a cinesioterapia, a FES promove um aumento na excitabilidade do neurônio motor, tanto pela ativação direta de grandes unidades motoras como pelo efeito sensorial produzido pela corrente elétrica sobre a pele. Em concordância Goldfinger et al (2007) realizaram um programa de fisioterapia para os músculos do assoalho pélvico com a inclusão da eletroestimulação e observaram a melhora da contratilidade do musculo nas pacientes.

O biofeedback na reabilitação do assoalho pélvico foi introduzida por Kegel em 1948, o biofeedback associado a cinesioterapia ou outras técnicas foi utilizada neste estudo por 4 autores. É um aparelho para avaliação da força perineal, registra os potenciais de ação das contrações musculares do assoalho pélvico e traduz sua intensidade por sinais visuais, esses sinais são graduados em mmHg, é introduzido uma sonda intra vaginal inflável e após insuflada a paciente realiza uma contração, que será visualizada e graduada no visor do aparelho. É utilizado como forma de conscientização proprioceptiva e aprendizado da correta contração perineal. Delgado & Ferreira (2014) em concordância com os autores que citaram o biofeedback como tratamento nesse estudo, afirmam que o tratamento por biofeedback ajuda as pacientes a desenvolverem maior percepção e controle voluntário dos músculos do assoalho pélvico. Matheus et al (2006) também afirmam que o tratamento com biofeedback é um método de reeducação que tem um efeito modulatório sobre o sistema nervoso central através da utilização de retro informação externa como meio de aprendizado.

A terapia manual é um conjunto de métodos com intenção terapêutica, onde é aplicado toque manual sobre os tecidos musculares, é empregada no alívio de tensões e retirada de pontos gatilhos. A mobilização dos tecidos moles pode quebrar as ligações de colágenos e de aderências que causam dor e disfunção, melhorando o recrutamento muscular, normalização do tônus e aumento da vascularização local. Nesse estudo 3 autores citaram a terapia manual para tratamento das disfunções sexuais, em concordância Wolpe et al, (2016) relataram diminuição da dor, melhora do orgasmo, do desejo e excitação, pois atua no relaxamento da musculatura do assoalho pélvico.

CONCLUSÃO

A fisioterapia vem ganhando um papel muito importante na equipe multidisciplinar quando se refere ao tratamento relacionado a saúde da mulher. Utilizando técnicas como cinesioterapia, eletroestimulação, biofeedback e terapias manuais. A fisioterapia ginecológica é uma área ainda pouco conhecida entre os pacientes e profissionais da área de saúde, e vem crescendo cada dia mais.

Ressalta-se a importância da fisioterapia ginecológica e a atuação do fisioterapeuta nas disfunções sexuais femininas. Observou-se várias técnicas utilizadas para o tratamento dessas disfunções com resultados satisfatórios e eficazes demonstrando a importância da fisioterapia ginecológica na saúde da mulher, os exercícios de fortalecimento do assoalho pélvico são a terapia mais utilizada pela fisioterapia para intervenção dessas

disfunções, melhorando a qualidade da vida sexual da mulher.

A fisioterapia dispõe de diversos recursos para o tratamento das disfunções sexuais femininas como a: cinesioterapia, eletroterapia, terapia manual e a combinação dessas técnicas. Não foram observadas contraindicações das técnicas utilizadas para o tratamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- GOUVEIA, Priscila Fernandes et al. Comparação entre exercícios perineais e exercícios sexuais como método de tratamento fisioterapêutico na disfunção orgásmica feminina. **RBM rev. bras. med**, v. 72, n. 11, 2015.
- LUZ, João; COSTA E SILVA, Lara. **A fisioterapia na disfunção sexual feminina**. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso.
- LAUMANN, Edward O .; PAIK, Anthony; ROSEN, Raymond C. Disfunção sexual nos Estados Unidos: prevalência e preditores. **Jama** , v. 281, n. 6, p. 537-544, 1999.
- FITZ, Fátima Faní. Fisioterapia no tratamento das disfunções sexuais femininas. **Fisioterapia Brasil**, v. 16, n. 2, 2016.
- FERREIRA, Ana Laura Carneiro Gomes; AMORIM, Melania Maria Ramos de; SOUZA, Ariani Impieri de. Prevalência das disfunções sexuais femininas em clínica de planejamento familiar de um hospital escola no Recife, Pernambuco. **Rev. bras. saúde matern. infant**, p. 143-150, 2007.
- LUCAS, Catarina Oliveira; OLIVEIRA, Cristina Maias; MONTEIRO, Maria Isabel Alves. Perturbação do desejo sexual hipotativo: prevalência, diagnóstico e tratamento. **Mudanças-Psicologia da Saúde**, v. 17, n. 2, p. 101-112, 2010.
- BIANCO, G.; BRAZ, M. M. Efeitos dos exercícios do assoalho pélvico na sexualidade feminina [Monografia]. **Tubarão: Universidade do Sul de Santa Catarina**, 2004.
- MENDONÇA, Carolina Rodrigues de; AMARAL, Waldemar Naves do. Tratamento fisioterapêutico das disfunções sexuais femininas-Revisão de literatura. **Femina**, v. 39, n. 3, 2011.
- TOMEN, Amanda et al. A fisioterapia pélvica no tratamento de mulheres portadoras de vaginismo. **Revista de Ciências Médicas**, v. 24, n. 3, 2016.
- ANTONIOLI, Reny de Souza; SIMÕES, Danyelle. Abordagem fisioterapêutica nas disfunções sexuais femininas. **Revista Neurociência**, v. 18, n. 2, p. 267-74, 2010.
- MOREIRA, Ramon Luiz Braga Dias. Vaginismo. **Rev. méd. Minas Gerais**, v. 23, n. 3, 2013.
- JENG, Cherng-Jye et al. Management and outcome of primary vaginismus. **Journal of sex & marital therapy**, v. 32, n. 5, p. 379-387, 2006.
- SEO, Ju Tae et al. Eficácia da estimulação elétrica funcional - biofeedback com terapia cognitivo-comportamental sexual como tratamento do vaginismo. **Urologia** , v. 66, n. 1, p. 77-81, 2005.
- DIONISI, Barbara; SENATORI, Roberto. Efeito da estimulação elétrica transcutânea do nervo no tratamento da dispareunia pós-parto. **Journal of Obstetrics and Gynecology Research** , v. 37, n. 7, p. 750-753, 2011.
- PIASSAROLLI, Virginia Pianessole et al. Treinamento dos músculos do assoalho pélvico nas disfunções sexuais femininas. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia**, 2010.
- WURN, Lawrence J. et al. Increasing orgasm and decreasing dyspareunia by a manual physical therapy technique. **Medscape General Medicine**, v. 6, n. 4, 2004.
- MEDEIROS, Maicon Wronski; BRAZ, Melissa Medeiros; BRONGHOLI, Karina. Efeitos da fisioterapia no aprimoramento da vida sexual feminina. **Fisioter. Bras**, v. 5, n. 3, p. 188-193, 2004.
- Moreira Junior, ED, Glasser, D., Santos, DBD e Gingell, C. (2005). Prevalência de problemas sexuais e comportamentos de busca de ajuda relacionados entre adultos maduros no Brasil: dados do Estudo Global de Atitudes e Comportamentos Sexuais. **São Paulo Medical Journal** , 123 (5), 234-241.

RETT, Mariana Tirolli et al. Incontinência urinária de esforço em mulheres no Menacme: tratamento com exercícios do assoalho pélvico associados ao Biofeedback Eletromiográfico. 2004.

NOLASCO, Juliana et al. Cinesioterapia no fortalecimento muscular do assoalho pélvico feminino. **Fisio & Terapia**, 2007.

BARACHO, Elza. **Fisioterapia aplicada a obstetrícia**: aspectos de ginecologia e neonatologia 3ª edição. Med-si 2002, 396p.

KEGEL, Arnold H. Physiologic therapy for urinary stress incontinence. **Journal of the American Medical Association**, v. 146, n. 10, p. 915-917, 1951.

BEREK, Jonathan S.; ADASHI, E. Y.; HILLARD, P. A. Tratado de ginecologia. Trad. **Claudia Lúcia C. de Araújo**, v. 14, 2008.

MURINA, F. et al. Transcutaneous electrical nerve stimulation to treat vestibulodynia: a randomised controlled trial. **BJOG: An International Journal of Obstetrics & Gynaecology**, v. 115, n. 9, p. 1165-1170, 2008.

DELGADO, Alexandre Magno; FERREIRA, Isaldes Stefano Vieira; DE SOUSA, Mabel Araújo. Recursos fisioterapêuticos utilizados no tratamento das disfunções sexuais femininas. **CATUSSABA**, v. 4, n. 1, p. 47-56, 2014.

WOLPE, Raquel Eleine et al. Atuação da fisioterapia nas disfunções sexuais femininas: uma revisão sistemática. **Acta fisiátrica**, v. 22, n. 2, p. 87-92, 2016.

GOLDFINGER C, PUKALL CF, Gentilcore-Saulnier E, MCLEAN L, Chamberlain SA. A prospective study of pelvic floor physical therapy: pain and psychosexual Outcomes in provoked vestibulodynia. **J Sex Med** 2009;6(7):1955-68

MATHEUS, L. M. et al. Influência dos exercícios perineais e dos cones vaginais, associados à correção postural, no tratamento da incontinência urinária feminina. **Braz. J. Phys. Ther.(Impr.)**, v. 10, n. 4, p. 387-392, 2006.

AVEIRO, Mariana Chaves; GARCIA, Ana Paula Urdiales; DRIUSSO, Patrícia. Efetividade de intervenções fisioterapêuticas para o vaginismo: uma revisão da literatura. **Fisioterapia e Pesquisa**, v. 16, n. 3, p. 279-283, 2009.

ABSTRACT

The objective of this study is to show the importance of gynecological physiotherapy and physiotherapist performance in the treatment of female sexual dysfunctions. We searched the databases: SciElo, Google academic, Virtual Health Library (VHL) and a book Physiotherapy applied to obstetrics, the period of the bibliographic research was from August 2016 to April 2017. We found Articles that used kinesiotherapy, biofeedback, electrostimulation and manual therapy, and these techniques were used or not associated with the treatment of dyspareunia, vaginismus, anorgasmia and desire and excitation disorder.

Keywords: Female sexual dysfunction; physiotherapy; treatment; vaginismus; dyspareunia.

BREVES IMPRESSÕES SOBRE FEYNMAN E HALLIDAY EM TORNO DA CINEMÁTICA

Raquel Anna Sapunaru¹

Raphael Rolim Costa²

RESUMO: O livro de física que aborda temas sobre mecânica, escrito por Halliday et al., conhecido como “Halliday 1”, é o livro base do ensino da física nos primeiros anos dos cursos de exatas das universidades brasileiras. Porém, nem sempre ele traduz os anseios e as necessidades de seus leitores, sejam eles discentes ou docentes. Este fato motivou uma breve pesquisa cujo resultado encontra-se no presente artigo. Aqui, procurou-se analisar o livro de Halliday et al. sob a luz do livro de Feynman et al., considerado por muitos docentes de física demasiadamente avançado para o básico dos cursos de exatas. O tema escolhido como parâmetro de comparação foi a cinemática.

Palavras-chave: Cinemática; Ensino; Aprendizagem.

INTRODUÇÃO

Na física, a cinemática, do grego *kinema*, movimento, é o estudo do movimento, independentemente das causas que o produz, ou, para ser mais precisos, o estudo de todos os movimentos possíveis. Segundo Gerard de Brussels:

[...] a cinemática, que estuda o movimento tomado por ele mesmo, isto é, os aspectos temporais e espaciais ou dimensões do movimento sem qualquer vínculo com as forças que causam mudanças no movimento [...] (BRUSSELS apud CLAGETT, 1959, p.163).

Ao lado do conceito de espaço, objeto da geometria, conhecido desde a antiguidade, a cinemática introduziu o conceito formal de tempo, isto é, o tempo na física. A título de ilustração, cabe observar que a cinemática não deve ser confundida com a cinética, um termo geral que se refere a uma grande variedade de processos: por exemplo, de acordo com o **Dicionário de Houaiss de Física** (2005), na mecânica a cinética é usada como um adjetivo para qualificar duas grandezas, implicando assim a massa e também a energia e o momento cinéticos.

Historicamente, pode-se datar o nascimento da cinemática moderna com as observações de Pierre Varignon, na Academia Real de Ciências de Paris, em 20 de janeiro de 1700, segundo o livro **Histoire de L'académie Royale des Sciences**, publicado em 1761. Nessa ocasião, Varignon definiu o conceito de aceleração e mostrou como era possível deduzir a velocidade instantânea com a ajuda de um simples procedimento, a saber: o cálculo diferencial. De acordo com o que foi registrado na **Histoire de L'académie Royale des Sciences**:

[...] o senhor Varignon acrescentou algo considerável a uma teoria que ele havia feito em 1698: os movimentos variáveis, ou seja, acelerados ou retardados, segundo uma proporção que tenha sido feita.

A velocidade é uma relação do espaço com o tempo ou o quociente de uma divisão do espaço pelo tempo. Quanto maior for o espaço e menor o tempo, mais o quociente da divisão ou a velocidade é grande; e, quanto menor for o espaço pela relação da grandeza do tempo, menor é a velocidade. É então visível que o tempo multiplicado pela velocidade produz o espaço; que o espaço dividido pela velocidade deve produzir o tempo e que dados dois desses três valores, conclui-se o terceiro sem dificuldades. Mas, isso tudo só é visível

¹ Professora de Filosofia da Ciência do Instituto de Ciência e Tecnologia da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

² Bacharelado em Ciência e Tecnologia do Instituto de Ciência e Tecnologia da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

quando os movimentos são uniformes, ou seja, quando os espaços percorridos em tempos iguais são iguais, ou, o que é a mesma coisa, quando os espaços são sempre proporcionais aos tempos. (1761, p. 87-88).

A partir da ideia de cinemática de Varignon, no presente trabalho será feita uma analogia desta por dois grandes livros as **Lições de Física – Volume I** de Feynman et al. e os **Fundamentos de Física – Volume 1** de Halliday et al. O que se quer é evidenciar a forma distinta com que cada autor trata a cinemática, tendo em vista o ensino e a aprendizagem desse assunto. Utiliza-se o método comparativo entre as abordagens em torno da cinemática.

A DESCRIÇÃO DO MOVIMENTO

A descrição do movimento conforme colocada por Feynman et al. (2008), apesar de seguir uma linha matemática, tem sua abordagem e conclusão construídas como se fosse uma história. Isso quer dizer que uma pessoa dotada de um conhecimento matemático básico seria capaz de lê-las e entendê-las.

Primeiramente, Feynman et al. (2008) são metedidos ao resgatarem a ideia do movimento como mudança. Em **Aristotle the Physics** (2006), o movimento também conhecido como “movimento espacial” pode ser entendido como um subconjunto da ideia de “mudança”. Além disso, Aristóteles também apontou como tipos de mudanças o “movimento substancial”, mudança de forma; o “movimento qualitativo”, mudança de propriedade; e, o “movimento quantitativo”, mudança de valor. Discretamente, Feynman et al. (2008) parecem invocar a ideia aristotélica de mudança e movimento ao dar como exemplo a mudança do pensamento de uma mulher. Para os autores, diferentemente do movimento de uma nuvem, entendida como uma mudança de lugar quantificável, o pensamento de uma mulher só muda, sem deslocamento ou qualquer possibilidade de quantificação, pelo menos por enquanto. Em seguida, Feynman et al. (2008) discutem a questão da importância do ponto que se desloca e ressaltam que tudo deve seguir uma certa proporção. Como exemplo, ele diz que um carro que mede aproximadamente 4m pode ser considerado como um ponto caso se desloque num percurso de 160 km.

Na sequência, Feynman et al. (2008) demonstram um cuidado muito grande ao citar grandezas por entenderem muitas vezes que a física geralmente se apoia em pilares questionados pelos filósofos. Em um primeiro momento, assumem que tanto os filósofos, quanto eles falam quase sempre sobre as mesmas coisas, mas não exatamente sobre as mesmas coisas. Nesse sentido, Feynman et al. (2008) são muito sutis ao questionarem “O que queremos dizer com tempo e espaço? Acaba que essas profundas questões filosóficas têm que ser analisadas com muito cuidado na física.” (FEYNMAN et al., 2008, p.8-2). Contudo, mais adiante, parecem mudar de ideia ao simular, jocosamente, a seguinte conversa entre filósofos: “Você não sabe o que está falando! O segundo diz ‘O que você quer dizer com saber? O que você quer dizer com falar? O que você quer dizer com você?’, e assim por diante.” (FEYNMAN et al., 2008, p.8-2). No fundo, Feynman et al. (2008) afirmam que, no que tange a física, não se pode ser dogmático ou ter certeza de tudo, mas também não se pode duvidar ou questionar tudo como fazem os filósofos. No caso particular do exemplo caricato da discussão entre filósofos dado por Feynman et al. (2008) são ressaltados problemas semânticos relativos à atribuição de uma existência incapaz de levar o leitor a algum lugar. Em outras palavras, segundo Feynman et al. (2008), ao entrarem na discussão sobre a natureza do espaço e do tempo, as pessoas tendem a permanecerem impossibilitadas de estabelecer uma relação quantitativa com o movimento físico. Para Feynman et al. (2008) “Não podemos definir *nada* precisamente! Se tentarmos, chegamos àquela paralisia mental que os filósofos têm [...]” (FEYNMAN et al., 2008, p.8-2).

Retornando a questão física do movimento, como exemplo, para entender o deslocamento, eles utilizam um carro em movimento, sem mudança de direção, com velocidade variável. A partir daí, eles obtêm os dados

empíricos desse deslocamento, ou seja, a velocidade, o tempo e a distância. Os dados obtidos são explicados, para que posteriormente sejam entendidos em forma de gráfico. O interessante é que Feynman et al. (2008) não buscam entender a função que descreve esse movimento: eles usam os dados e os gráficos obtidos para que em seguida seja equacionada uma função que faça sentido matemático. Feynman et al. (2008), então, assumem que a função existe para modelar e generalizar essa situação, mas, também admitem que o movimento nada mais é que um carro completando uma distância em velocidades diferentes em um certo intervalo de tempo. Com isso, Feynman et al. (2008), adotando a visão do físico, passam por cima do conceito de movimento devido à sua alta abstração, quando pensado sem algo empírico para suportá-lo. Isso faz com que eles evitem o aporisma que às vezes persegue as discussões filosóficas. Porém, cabe ressaltar que em hora alguma Feynman et al. (2008) desconsideram a existência de tal conceito.

Já para Halliday et al. (2009) a introdução do movimento se dá como uma grandeza bem intuitiva e, ao mesmo tempo, aplicável ao mundo físico, sem se voltar para quaisquer questionamentos de ordem filosófica. Antes de qualquer análise, eles colocam algumas condições para discutir o movimento, pois o interesse é analisar apenas o aspecto físico do problema. Isso fica bem claro na seguinte afirmação:

[...] tudo o que necessitamos no momento é a ideia de que o deslocamento tem duas características: (1) seu *módulo* é a distância (como, por exemplo, o número de metros) entre as posições inicial e final; (2) sua *direção*, de uma posição inicial para uma posição final, pode ser representada por um sinal positivo ou um sinal negativo se o movimento é retilíneo (HALLIDAY et al., 2009, p.16).

Mesmo enfatizando as questões físicas, evitando quaisquer desvios, Halliday et al. (2009) não fazem uso de comparações com o cotidiano, mas sim de exemplos elaborados em forma de problemas fictícios que simulam um cotidiano, partindo diretamente para a discussão matemática, o entendimento de signos e a discriminação das grandezas. Desse modo, eles subtraem a chance daqueles que estão aprendendo a física básica de adquirirem uma visão mais profunda sobre o movimento. Um bom exemplo, encontra-se na definição de posição e deslocamento. Para Halliday et al.:

[...] se uma partícula se move de $x_1 = 5\text{m}$ para $x_2 = 12\text{m}$, $\Delta x = (12\text{m}) - (5\text{m}) = +7\text{m}$. O resultado positivo indica que o movimento é no sentido positivo. Se, em vez disso, a partícula se move de $x_1 = 5\text{m}$ para $x_2 = 1\text{m}$, $\Delta x = (1\text{m}) - (5\text{m}) = -4\text{m}$. O resultado negativo indica que o movimento é no sentido negativo. (2009, p.16).

Comparando ambas as abordagens de Feynman et al. (2008) e Halliday et al. (2009) em torno das primeiras questões da cinemática fica patente a preocupação de Feynman et al. (2008) em atribuir fundamentos à física, discutindo suas nuances, fazendo o leitor pensar, mas sem abandonar a empiria que a física exige; enquanto Halliday et al. (2009) demonstram só se preocuparem com a solução de problemas, nem sempre práticos ou reais.

A VELOCIDADE

Feynman et al. (2008) tratam as sutilezas do conceito de velocidade de forma relativa, aproximada, visto que parece não estarem confortáveis para proferir uma definição absoluta. Mais uma vez, eles expressam sua preocupação com os questionamentos filosóficos. Logo de início, Feynman et al. (2008) apontam os problemas que os gregos antigos tinham para lidar com a velocidade, a saber: entender seu conceito e calculá-la. Na Grécia antiga, o conceito de velocidade era puramente intuitivo, ou seja, sabia-se, por exemplo, que quanto maior o passo, mais rápido se chegaria ao destino desejado, mas isso era muito pouco. Para ilustrar as reais dificuldades

que os gregos antigos tinham em entender o movimento, Feynman et al. (2008) lançam mão dos dois primeiros paradoxos de Zenão. Segundo Aristóteles:

Há quatro argumentos de Zenão sobre o movimento, fonte de dificuldades para quem os quiser resolver. No primeiro, a impossibilidade do movimento é deduzida do seguinte modo: o móvel transportado deve atingir primeiro a metade antes de atingir o termo [...]. O segundo chama-se de Aquiles. É o seguinte: o mais lento em uma corrida jamais será alcançado pelo mais rápido; pois este, o perseguidor, deverá primeiro atingir o ponto de onde partiu o fugitivo e assim o lento estará sempre mais adiantado. É o mesmo raciocínio que o da dicotomia: a única diferença está em que, se a grandeza sucessivamente acrescentada estiver bem dividida, ela não o será em dois. Conclui-se do argumento que o mais lento não será alcançado pelo mais rápido; e isto pela mesma razão da dicotomia: nos dois casos conclui-se pela impossibilidade em atingir o limite, estando a grandeza dividida de uma ou outra maneira; mas, neste, acrescenta-se que mesmo este herói em velocidade não poderá alcançar, em sua perseguição, o mais lento [...]. Estes são dois dos argumentos [...] (ARISTÓTELES apud BORNHEIM, 1977, p. 63).

Já no fim da Idade Média, início da Renascença, no entendimento do comentador medievalista Marshall Clagett (1959), a cinemática teria sólidas origens na Grécia antiga. Porém, Clagett (1959) aponta Gerard de Brussels, na primeira metade do século XIII, em seu livro **Liber de Motu**, como o autor da definição da velocidade conforme a conhecemos, ou seja, um espaço dividido pelo tempo. Sem entrar em maiores detalhes, a dedução dessa relação por Brussels originou-se da geometria euclidiana, seguindo a tendência da emergência da geometria do movimento, uma das principais correntes de atividade científica daquela época. Todavia, o trabalho de Gerard de Brussels só ficaria completo no século XIV, através dos filósofos William Heytesbury e Nicolau Oresme.

Em seguida, Feynman et al. (2008), numa possível homenagem a Platão, tratam a velocidade, usando um exemplo em forma de diálogo entre uma senhora e um policial. A partir daí, uma história vai se desenrolando e ao mesmo tempo as sutilezas relacionadas ao conceito de velocidade são explicadas. Eis uma parte do diálogo:

Quando uma senhora em seu carro é parada por um policial, o policial vem até ela e diz, ‘Senhora, você estava andando a 100 quilômetros por hora!’ Ela diz, ‘Isto é impossível, senhor, eu estava viajando por apenas sete minutos. Isto é ridículo – como eu posso andar 100 quilômetros em uma hora quando eu não andei uma hora?’ (FEYNMAN et al., 2008, p. 8-3).

Na busca por uma explicação melhor para a senhora, Feynman et al. (2008) diminuem a distância percorrida e o tempo gasto para percorrê-lo, a fim de se adaptarem à situação. Para um carro, a distância em segundos é essencial, uma vez que sua velocidade varia menos. Já para o exemplo de uma bola caindo, tem-se uma variação bem maior, o que fez Feynman et al. (2008) chegarem a seguinte conclusão: quanto menor o tempo, mais precisa será a velocidade e mais satisfatória será a resposta para a senhora. Em suma: a precisão da velocidade advém, obrigatoriamente, de uma boa medida.

A definição de velocidade partiu da ideia de pegar uma distância infinitesimal, x e um tempo infinitesimal, c , correspondente, criar uma razão, ir diminuindo o tempo e acompanhar os acontecimentos na razão criada. Em outras palavras, Feynman et al. (2008) introduzem a definição de limite e logo após apresentam sua notação formal. Desse modo, a velocidade descrita através de uma pequena distância, em um curto tempo, é:

$$v = x/c \tag{1}$$

e, tomando-se um tempo cada vez menor, ou seja, no limite, a velocidade é:

$$v = \lim_{t \rightarrow 0} x/c \tag{2}$$

É bem interessante a forma com que o Feynman et al. (2008) explicam o funcionamento do limite, pausadamente, com uma didática de dar inveja a qualquer professor de matemática, relacionando-o com o conceito de velocidade. Também é patente suas preocupações ao citar um limite quando o tempo tende a um valor igual a zero. “A velocidade verdadeira é o valor dessa razão, x/t , quando t se torna tão pequeno a ponto de desaparecer. Dito de outro modo, depois de fazer a razão, toma-se o limite de t se tornando menor e menor, isto é, se aproximando de 0.” (FEYNMAN et al., 2008, p.8-5). Daí, segue-se uma breve explicação histórica sobre as bases dos cálculos diferencial e integral.

Ao contrário de Feynman et al. (2008), Halliday et al. (2009) não tratam a velocidade como sendo uma grandeza única e com várias aplicações, mas sim, a dividem em partes que são abordadas separadamente. Novamente, em momento algum, há uma abordagem histórica ou filosófica sobre o assunto, pois o intuito de Halliday et al. (2009) é explicar cada aplicação da velocidade de modo que o leitor consiga resolver os problemas em forma de exercícios no final de cada capítulo. A matemática utilizada já foi, suposta e assumidamente, absorvida anteriormente pelo leitor, de modo que não há qualquer preocupação em relaciona-la profundamente com os problemas-exercícios.

Halliday et al. (2009) exploram uma inusitada didática introduzindo a “Ideia-Chave” e as “Táticas para Solução de Problemas” e essa didática se repete nos capítulos posteriores. A “Ideia-Chave” tem por objetivo ensinar o leitor a interpretar o problemas, detendo-se no âmago do tema abordado. Já as “Táticas para Solução de Problemas” apontam os caminhos reais para as soluções dos problemas apresentados no referido tópico, no caso, a velocidade. Curiosamente, as “táticas” apresentadas revelam um vasto conhecimento dos autores dos erros mais frequente dos leitores. Nesse sentido, crê-se que Halliday et al. (2009) doutrina seu leitor na desconstrução mecânica de problemas, sem se preocupar muito com seu entendimento.

A VELOCIDADE COMO UMA DERIVADA

Seguindo a linha do conhecimento das notações especiais, Feynman et al. (2008) introduzem novos símbolos, diferentes de c e t , para compor os termos Δt e Δs , objetivando facilitar a explicação da velocidade como uma derivada. Assim, a equação (2) é reescrita da seguinte maneira:

$$v = \lim_{\Delta t \rightarrow 0} \Delta s / \Delta t \quad (3)$$

Cada símbolo é tratado como sendo uma escolha arbitrária, ou seja, eles explicam o emprego de cada um, mesmo que alguns deles sejam deveras conhecidos, como, por exemplo, o delta (Δ), variação. Nesse ponto, Feynman et al. (2008) explicam que na relação $\Delta s / \Delta t$ não se pode simplesmente cancelar os Δ .

Cabe ressaltar que Feynman et al. (2008) demonstra sempre a preocupação de explicar cada símbolo introduzido. Desse modo, o leitor pode apreender e aprender o que ele se propõe a ensinar. Além disso, Feynman et al. (2008) usa um linguajar que facilita o entendimento, assumindo sempre que o leitor não tem um vasto conhecimento prévio do assunto que está sendo tratado.

Sendo assim, na introdução da equação utilizada pelos físicos para descrever a velocidade, $\Delta s = v \cdot \Delta t$, Feynman et al. (2008) estabelecem diversas condições, como, por exemplo, se a velocidade não variar em um certo intervalo de tempo, eles assumem que ela só é válida com uma boa aproximação. Logo após, eles explicam, em passos lentos, como se deriva uma função, focando no entendimento físico, a saber:

$$v = \lim_{\Delta t \rightarrow 0} \Delta s / \Delta t = ds/dt \quad (4)$$

Porém, eles advertem o leitor dizendo que “Quando nos acostumamos com as palavras, as ideias são mais facilmente entendidas.” (FEYNMAN et al., 2008, p.8-6). Esse parece ser o segredo da didática de Feynman et al. (2008): discursar antes de calcular.

Por fim, Feynman et al. (2008) montam uma tabela de derivadas com funções arbitrárias e introduz um método muito simples, quase que mecânico. Talvez seja por isso que eles observaram a necessidade de explicar a derivada da forma como o fizeram.

Por outro lado, a intenção do Halliday et al. (2009) nesses tópicos sobre a velocidade, como citado anteriormente, parece ser dividi-la em algumas partes e posteriormente analisa-las, separadamente. Assim, a velocidade instantânea seria a rapidez com que um objeto se move em um instante qualquer. Particularmente, sobre a velocidade instantânea escalar, eles a considera como o módulo da velocidade instantânea vetorial e esse conceito existiria apenas para diferenciar as duas velocidades.

A partir daí, eles incrementam a ideia de derivada, mas não a explicam e tampouco a exemplificam de modo satisfatório, como fez Feynman et al. (2008). Posto isso, assumindo plenamente que o leitor está familiarizado com o conceito e o manejo do cálculo diferencial, Halliday et al. (2009) equacionam:

$$v = \lim_{\Delta t \rightarrow 0} \Delta s / \Delta t = ds/dt \quad (5)$$

e, em seguida, abusam da representação gráfica. Contudo, eles também não ensinam como montar ou ler os gráficos que são apresentados dentro de um exemplo resolvido e tampouco a interpreta-los de forma elucidativa.

A DISTÂNCIA COMO UMA INTEGRAL

Ainda utilizando o exemplo da seção anterior, Feynman et al. (2008) supõem uma bola em queda livre, mas analisando a situação inversa, ou seja, com o objetivo de encontrar a distância percorrida pela bola, já que a velocidade é conhecida. Usando a equação já citada anteriormente:

$$\Delta s = v \cdot \Delta t \quad (6)$$

Feynman et al. (2008) encontram uma distância a cada velocidade, v , e tempo, t , de segundo em segundo, até o fim da queda. Feito isso, eles obtêm um número de pequenas distâncias e, a distância total será a soma de todos esses pequenos “pedaços” de espaço. Depois, Feynman et al. (2008) introduzem o símbolo do somatório e o conceito de integração ao escrever a equação:

$$s = \lim_{\Delta t \rightarrow 0} \sum_i v(t_i) \Delta t_i \quad (7)$$

e, em suas próprias palavras:

Os matemáticos inventaram um símbolo para esse limite, análogo ao símbolo da diferencial. O Δ se transforma em d para nos lembrar que o tempo é tão pequeno quanto puder, a velocidade é então chamada de v no tempo t , e a adição é escrita como uma soma com um grande “s”, \int (do Latim *summa*), que ficou distorcido e agora é infelizmente apenas chamado de um sinal de integral. (FEYNMAN et al., 2008, p. 8).

Então, escrevemos:

$$s = \int v(t) dt \quad (8)$$

Feynman et al. (2008) descrevem a oposição existente entre a integração e a derivação que facilita no estudo de equações. Logo em seguida, eles mostram que é possível trabalhar sua própria tabela de integrais pela diferenciação de todos os tipos de funções. Contudo, mais do que ressaltar a oposição dos cálculos, eles explicam a analiticidade da derivada e a não-analiticidade da integral afirmando que “Cada função pode ser diferenciada analiticamente, isto é, o processo pode ser realizado algebricamente, e leva a uma função definida. Mas não é possível de uma maneira simples escrever um valor analítico para qualquer integral que se deseje.” (FEYNMAN et al., 2008, p.8-8). Por isso, grosso modo, pode-se dizer que as funções diferenciáveis são mandatoriamente integráveis, mas o inverso não se aplica necessariamente. Ainda, por mais complicada que seja a função, pode-se derivá-la e obter uma função conhecida, mas no que tange a integração não funciona desse modo. De acordo com

Feynman et al. (2008) “Você pode calculá-la, por exemplo, fazendo a soma acima, e então, fazendo novamente com um intervalo menor de Δt e novamente com um intervalo menor de Δt até que você tenha o resultado aproximadamente certo.” (FEYNMAN et al., 2008, p.8-8). A seu turno, Halliday et al. (2009) dão um tratamento diferente a essa questão, lançando mão do conceito de aceleração que ainda não foi apresentado por Feynman et al. (2008).

A ACELERAÇÃO

Feynman et al. (2008), mais uma vez fazem uma pergunta-problema objetivando introduzir o conceito de aceleração ao longo da busca de uma resposta satisfatória. Dessa vez, a pergunta é: “Como a velocidade *muda*?” (FEYNMAN et al., 2008, p.8-8). Pode-se destacar, além do que foi dito antes, a preocupação de Feynman et al. (2008) com uma escrita simples e de fácil entendimento para o leitor. Assim, mantendo seu estilo, Feynman et al. (2008) partem do mesmo exemplo usado no tópico “Velocidade”, mas agora, discutem o que causa a mudança da velocidade de um carro, questionando: “Em outras palavras, de quantos metros por segundo a velocidade muda em um segundo, isto é, quantos metros por segundo, por segundo?” (FEYNMAN et al., 2008, p.8-8). Desse modo, eles chegam à conclusão que a aceleração é “[...] uma taxa temporal de mudança da velocidade.” (FEYNMAN et al., 2008, p.8-8), isto é, a derivada da velocidade, lembrando que a derivação já foi abordada no tópico anterior. Por isso, eles ficam tranquilos ao aplicar esse conceito sem necessidade de explicá-lo. No entanto, ao utilizá-lo no exemplo seguinte, cada passo é bem explicado.

A relação velocidade-tempo é dada pela expressão:

$$v=gt \tag{9}$$

onde g representa a aceleração da gravidade¹; e, a relação da distancia percorrida no mesmo tempo é:

$$s=1/2 gt^2 \tag{10}$$

Visto que $v=ds/dt$ e a aceleração é a derivada temporal da velocidade, teremos:

$$a=d/dt(ds/dt)=d^2s/dt^2 \tag{11}$$

Para finalizar, Feynman et al. (2008) introduzem o movimento em três dimensões e assumem sua complexidade, preferindo por essa razão tratá-lo primeiramente, em duas dimensões e, posteriormente, estender as ideias para três dimensões: “Definimos um par de eixos em ângulo reto um com o outro, e determina-se a posição da partícula em qualquer momento medindo o quão longe ela está de cada um dos dois eixos.” (FEYNMAN et al., 2008, p.8-9). Mais adiante, eles completam: “A extensão desse processo para três dimensões necessita somente de um outro eixo, que forme um ângulo reto com os dois anteriores, e medir a terceira distância.” (FEYNMAN et al., 2008, p.8-9). Para fins elucidativos, os seis graus de liberdade em um espaço tridimensional podem ser entendidos como três graus translacionais e três graus de rotação. Segundo a definição de Roditi:

Para um sistema mecânico, qualquer um dos parâmetros ou coordenadas independentes necessários para caracterizar a sua configuração. O plural graus de liberdade é frequentemente usado para indicar o menor número desses parâmetros que estabeleçam uma caracterização unívoca. Uma partícula puntiforme necessita de três coordenadas independentes para especificar sua posição no espaço, i. e., três graus de liberdade [...] (RODITI, 2005, p. 110).

Complementando, por convenção, as translações são positivas na direção da direita, a frente e acima (eixos x , y e z).

Retomando, a pergunta agora é: “[...] como podemos determinar a velocidade?” (FEYNMAN et al., 2008, p.8-10). Levando a risca o método de perguntas e respostas utilizado largamente por Feynman et al. (2008), na

¹ A dinâmica newtoniana que envolve a aceleração da gravidade g , não faz parte do escopo deste artigo.

sequência eles questionam: “Agora, dadas as componentes da velocidade, como podemos achar a velocidade ao longo do verdadeiro caminho do movimento?” (FEYNMAN et al., 2008, p. 8-10).

Na primeira dimensão:

$$v_x = dx/dt \quad (12)$$

Na segunda dimensão:

$$v_y = dy/dt \quad (13)$$

Na terceira dimensão:

$$v_z = dz/dt \quad (14)$$

Enquanto isso, Halliday et al. (2009) mostram-se bem mais objetivos e bem menos questionadores e, como no tópico anterior, dividem o conceito de aceleração em partes. Primeiramente, é dada uma breve explicação para que o leitor entenda o que é a aceleração, sua definição e suas aplicações. Ao citar os operadores matemáticos, como a derivada, Halliday et al. (2009) não se preocupam, mais uma vez, em explicar a operação, pois assumem que o leitor já tem um conhecimento prévio da mesma. Os tópicos do Halliday et al. (2009) foram divididos em “Aceleração Constante” e “Aceleração em Queda Livre”. Contudo, mesmo que em todos os tópicos eles utilizem uma breve elucidação e um exemplo simples acompanhado de gráficos, sua explicação é muito direta e pouco teórica, deixando a desejar no quesito entendimento. Conclui-se que, mais uma vez, Halliday et al. (2009) seguem uma *didática* simples e objetiva, mas rasa no que tange à verdadeira compreensão do fenômeno físico apresentado, pois o objetivo dos autores é simplesmente preparar o leitor para resolver os exercícios no final do capítulo.

CONCLUSÃO

No início dos anos 50, Feynman esteve no Brasil acompanhando algumas aulas e palestras dos cursos de física e engenharia, além de observar algumas avaliações e conversar com diversos alunos. Ao final de sua estada relatou sua experiência em um livro intitulado *Surely You're Joking, Mr. Feynman!: Adventures of a Curious Character* (2010). Nele, o físico observa que os estudantes brasileiros, alguns dos leitores de quem se falou ao longo do presente trabalho, decoram tudo e não entendem coisa alguma. Particularmente, sobre os alunos do curso de física, formador de professores de física, Feynman comenta:

Depois de muita investigação, eu finalmente descobri que os estudantes decoraram tudo, mas não sabem o que aquilo significa [...] Tudo foi inteiramente memorizado, ainda que nada tenha sido traduzido em palavras significativas. (FEYNMAN et al., 2010, p.212).

Porém, a maior surpresa veio dos alunos de engenharia. Em suas próprias palavras:

Eu lecionei um curso na escola de engenharia sobre métodos matemáticos na física, no qual tentei mostrar como resolver problemas por tentativa e erro. Isso é algo que as pessoas não aprendem geralmente, então comecei com alguns exemplos simples de aritmética para ilustrar o método. Eu fiquei surpreso que somente oito de oitenta alunos apresentaram suas tarefas. Então eu [lhes] dei uma lição forte sobre realmente fazer [e] não somente sentar e me ver fazendo [a tarefa]. (FEYNMAN et al., 2010, p.214).

Infelizmente, passados muitos anos desde a visita de Feynman ao Brasil, continua-se constatando o presente repetindo o passado e, percebe-se o quão atual sua crítica se apresenta.

O livro texto de física mais utilizado no ensino superior brasileiro, ou seja, o Halliday et al., em todas as edições, impõe aos leitores uma metodologia completamente baseada em reprodução e repetição, perpetuando o que Feynman já havia dito ser um problema: tem-se tudo decorado e nada compreendido. Feynman concluiu que, para os leitores, os livros de física estão repletos de palavras artificiais, sem qualquer significado, que não

representam conceitos, visto que ninguém jamais as traduziu de modo que eles pudessem entendê-las de forma plena. O Halliday et al. (2009), por exemplo, no que tange à cinemática, define um conceito em termos de outros e, um desses outros em termos do primeiro, ou seja, utilizando argumentos circulares, sem que se tenha uma explicação válida, na qual é possível compreender o conceito ou o fenômeno físico, imaginá-lo e enxergá-lo.

Por fim, após algumas breves impressões sobre os livros de Feynman et al. (2008) e Halliday et al. (2009) no que diz respeito à cinemática, encerra-se que os autores tinham um interesse em comum, a saber: ensinar seus leitores algumas propriedades físicas, para que, posteriormente, ele pudesse entender e resolver problemas do cotidiano. Porém, na busca desse ensinamento, os autores utilizaram trajetórias didáticas distintas. Feynman et al. (2008), como um “físico-filósofo”, não deixou de abordar e respeitar a filosofia, conceituando a física e, ao utilizar uma linguagem menos matemática, tornou seu livro mais prazeroso e inteligível. A seu turno, Halliday et al. (2009) assume que seu livro deveria ser direcionado para um leitor com um conhecimento prévio dos cálculos diferencial e integral. Bem organizado e padronizado, Halliday et al. (2009) se preocupa em ensinar o leitor a resolver os exercícios, mas será que houve o verdadeiro entendimento?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORNHEIM, G. **Os Filósofos Pré-Socráticos**. São Paulo: Cultrix, 1977.

CLAGETT, M. **The Science of Mechanics in the Middle Ages**. Madsin: The University of Wisconsin Press, 1959.

FEYNMAN, R. P.; et al. **Feynman Lições de Física**. Volume 1. Porto Alegre: Bookman, 2008.

FEYNMAN, R. P.; et al. **Surely You're Joking, Mr. Feynman!:** Adventures of a Curious Character. Kindle Edition. New York. W. W. Norton & Company, 2010.

HALLIDAY, D.; et al. **Fundamentos de Física**. Mecânica. Volume 1. Rio de Janeiro: LTC, 2009.

HISTOIRE DE L'ACADÉMIE ROYALE DES SCIENCES. 1761. Disponível em: < <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k3559z>>. Último Acesso: 05 dez. 2016.

RODITI, I. **Dicionário Houaiss de Física**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

ABSTRACT: The physics textbook on mechanics, written by Halliday et al., known as "Halliday 1", is the basic textbook of physics teaching in the early years of the exact courses of Brazilian universities. However, it doesn't always shows the desires and needs of its readers, being them students or teachers. This fact motivated a brief research which result is found in the present article. Here, we examine Halliday et al. under the light of the book written by Feynman et al., considered by many physics teachers too advanced for the basics levels of exact courses. The chosen theme as a parameter of comparison was kinematics.

KeyWords: Kinematics; Teaching; Learning.

SOBRE A SUTIL VIOLÊNCIA DA IDEOLOGIA

Ana Paula de Oliveira Souza¹
 Maria Greice Rodrigues da Silva¹

RESUMO: O presente artigo pretende pontuar o conceito de violência divina formulado por Walter Benjamin, conforme trabalhado por Slavoj Zizek, a partir da formulação teórica marxista a respeito da divisão da sociedade em classes. Para tal recorreremos a teoria de Louis Althusser que coloca em questão a importância da ideologia na sociedade de classes.

Palavras-chave: Violência; Ideologia; Zizek; Althusser; Walter Benjamin.

Com base na leitura do livro **Violência: seis reflexões laterais**, de Slavoj Zizek, pode-se entender violência como uma atribuição de sentido às nossas expectativas. Esse será o fio condutor para a discussão tomando o pensamento de Walter Benjamin, em que a princípio diz que estamos em meio a duas respostas sobre o que seria violência, as duas complementares e equivocadas.

Primeiro, seria a violência de quem institui a lei (a violência do Estado), em que há legitimidade da violência executada pelas instituições oficiais (CF. DUNKER, 2014). E a outra violência seria a transgressão da lei (do crime, que viola uma certa ordem). Assim, Benjamin se questiona se de fato só poderiam existir essas duas opções e a partir de seu ponto de vista utópico revolucionário ele idealiza a concepção de violência divina, uma proposta tanto de Benjamin como de Zizek (ibid). A violência divina estaria para além dessa relação que institui a lei e com isso institui a violência. (DUNKER, 2014).

Zizek alerta para importância de se desfeticizar a violência, e diz que “o horror à violência na atualidade é parte da ideologia liberal da tolerância, em que se começa a criticar a violência e logo se está advogando a tortura” (ZIZEK, 2009). Diz, ainda, que a violência é algo que abala o ritmo natural das coisas, e o aspecto da violência política é o funcionamento básico para a ordem existir (ibid). Nessa perspectiva, Zizek toma Benjamin como referencial ao dizer que para o necessário excesso de violência do Estado (mesmo numa sociedade democrata) e o funcionamento do poder do mesmo, deve haver algum tipo de ameaça ao superego, no sentido que não existe poder sem excesso. Para Zizek, o que Benjamin chama de violência divina é a contraviolência a esse excesso (ZIZEK, 2009).

Há um certo senso de urgência que nos faz agir, muitas vezes para combater a violência, e ele reforça automaticamente mecanismos sutis que não estamos percebendo. Zizek nos convida a olhar para sutileza da violência e diz que a estrutura simbólica das relações sociais que nos posiciona diante do outro e de nós mesmos, é uma estrutura baseada na violência. Diz, ainda, que devemos estar atentos a esta violência não visível que orienta as nossas relações, porque se formos só observar a violência do gesto, ou seja, a violência visível, corremos o risco de inverter causa e efeito, meio e fim e/ou contribuir para que uma estrutura de violência continue existindo. Zizek assim propõe, a discussão sobre uma violência que seria subjetiva e uma violência objetiva. A violência objetiva seria a violência não vista, que não é a violência do ato do sujeito; e subjetivo porque é do ato do sujeito, e não porque seja interior, mas sim porque trata-se de uma violência agida, gestualizada, por um sujeito, e, portanto, essa é visível. A objetiva é aquela que é estrutural.

Louis Althusser, mentor de Zizek, em sua teoria formulou duas teses: a primeira refere-se ao objeto representado sob a forma imaginária da ideologia, a segunda diz respeito a materialidade da ideologia. Sobre a primeira ele diz: “A ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de

¹ Acadêmicas do curso de Psicologia da UNIABEU Centro Universitário.

existência”, ou seja, segundo Althusser, “os homens representam para si mesmos suas condições reais de existência sob forma imaginária”. Enquanto a segunda, ele põe em cena a compreensão de que a ideologia possui uma existência material. Sobre isso: “essa relação imaginária tem, ela mesma, existência material”, esclarecendo também que “a existência das ideias que formam sua crença é material, pois suas ideias são seus atos materiais, inseridos em práticas materiais regidas por rituais materiais, os quais, por seu turno, são definidos pelo aparelho ideológico material de que derivam as ideias desse sujeito” (ALTHUSSER, 1999, p. 126-128). Neste sentido, a ideologia se materializa nos Aparelhos ideológicos:

Todos os Aparelhos Ideológicos de Estado, sejam quais forem, contribuem para um mesmo resultado: a reprodução das relações de produção, isto é, das relações capitalistas de exploração. Cada qual contribui para esse resultado único da maneira que lhe é própria. O aparelho político, submetendo os indivíduos a ideologia política do Estado, a ideologia “democrática” “indireta” (parlamentar) ou “direta” (plebiscitária ou fascista). (ALTHUSSER, 1999, p. 121).

Para a constituição dos conceitos de Aparelhos Ideológicos de Estado e Aparelhos Repressivos de Estado, Althusser retoma as ideias de Marx, que em sua teoria de Estado divide a sociedade em níveis, sendo a infra-estrutura ou a base econômica formada pelas relações de produção e pelas forças produtivas e a superestrutura que compreende duas instâncias: o jurídico/político (o direito e o Estado) e a ideológica que se refere as diferentes ideologias (religiosa, ética, legal, política etc).

Althusser atenta-se para a metáfora de edifício como representação da estrutura de toda sociedade, visto que ela sugere que sem a base (infra-estrutura) os andares superiores não se sustentariam sozinhos, podendo-se assim dizer, que os andares da superestrutura são determinados em sua eficácia pela infra-estrutura, ou seja, as instâncias Jurídico-Político são determinadas pelas relações de produção e pelas forças produtivas. Segundo ele é a partir da reprodução que se pode pensar no que caracteriza o essencial da existência da superestrutura, sob esta perspectiva analisa a teoria marxista-leninista de Estado, onde o Estado é concebido como um aparelho repressor que asseguram às classes dominantes (a classe burguesa e dos grandes “latifundiários”) sobre a classe trabalhadora, submetendo-as a exploração capitalista. Neste sentido o Estado é concebido como um Estado de Classe que existe no Aparelho Repressivo de Estado:

Agora nos parece possível e desejável representar as coisas de outra maneira. Note-se bem: não rejeitamos de forma alguma a metáfora clássica, pois essa própria metáfora exige que a ultrapassemos. E não a ultrapassamos para rejeitá-la como ultrapassada. Queremos apenas tentar pensar aquilo que ela nos dá sob a forma de uma descrição. A partir da reprodução, acreditamos, e possível e necessário pensar aquilo que caracteriza o essencial da existência e da natureza da superestrutura. Adotando-se o ponto de vista da reprodução, esclarecem-se imediatamente muitas das questões que a metáfora espacial do edifício havia mostrado existir, mas as quais ela não podia dar uma resposta conceitual. Nossa tese fundamental e que não é possível formular essas perguntas (e, portanto, responde-las), a não ser do ponto de vista da reprodução (ALTHUSSER, 1999, p.110).

A tese fundamental de Louis Althusser se baseia na compreensão de que “toda ideologia interpela os indivíduos enquanto sujeitos”. Como formulação inicial, ele diz que “toda ideologia invoca ou interpela os indivíduos como sujeitos concretos, pelo funcionamento da categoria sujeito” (ALTHUSSER, 1999, p. 133). Contrariamente à concepção de ideologia de Karl Marx, concebida como “uma montagem imaginária, um puro sonho, vazio e fútil, constituído pelos resíduos diurnos” da única realidade plena e positiva, a da história concreta de indivíduos concretos. Para Althusser, a ideologia é um conjunto de representações da realidade que faz a realidade ter sentido. O autor diz: “A ideologia é uma “representação” da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência” (ALTHUSSER, 1999, p. 124-126).

Althusser propõe a seguinte distinção: uma coisa é a realidade, e outra coisa são os sentidos da realidade. A realidade por si mesma não é possível de ser acessada diretamente, pois a acessamos sempre através de uma produção de sentido. Ele chama de ideologia as representações da realidade que nos posicionam diante da questão da produção das relações de produção, ou seja, afirma que toda a representação da realidade não é de forma alguma neutra, mas corresponde a um lugar que ocupamos mediante a uma relação social determinada por posições de classe. “Toda ideologia representa, em sua deformação necessariamente imaginária, não as relações de produção existentes (e as outras relações que delas decorrem), mas, acima de tudo, a relação (imaginária) dos indivíduos com as relações de produção e com as relações que delas decorrem” (ALTHUSSER, 1999, p.128). Isso significa dizer que estamos no meio de uma luta que é um conjunto complexo de ações de uma classe que é dominante, e para se manter dominante, age universalizando a concepção de mundo, tal universalização se dá por meio dos mecanismos ideológicos, trazendo, assim em seu discurso pré elaborado, uma concepção de sujeito, de família, de realidade e etc.

Althusser manteve sempre sua concepção teórica sobre o papel social dos Aparelhos Ideológicos de Estado. Para ele, existência social das ideologias é absolutamente inseparável das instituições, haja vista que “a ideologia dominante se realiza nos Aparelhos Ideológicos de Estado, através de suas próprias contradições” e é por meio delas que rituais, práticas, rotinas, costumes e cerimônias manifestam-se. (ALTHUSSER, 1999, p.126).

Se retomarmos a reflexão de Zizek sobre a violência e aproximarmos ela da teoria de Althusser sobre ideologia, podemos dizer que a violência objetiva está onde perceptivelmente ela não existe. No posfácio do livro de Zizek, Mauro Iasi aponta que: “Um dos componentes ideológicos presentes em nosso país é o mito da cordialidade” (IASI, 2014). Por exemplo, como foi a questão das manifestações de 2013 no país em que reinava uma aparência de ordem e tranquilidade, de que tudo ia bem, e o véu da normalidade escondia profundas contradições que estavam tornadas invisíveis, jogadas pra de baixo do tapete (Ibid).

Um outro exemplo é elaborado pelo próprio Zizek, onde ele conta que durante a Segunda Guerra Mundial, um oficial alemão visita o estúdio de Picasso e ao ver a obra *Guernica* lhe pergunta se foi ele quem fez, se referindo ao caos vanguardista, e ele responde: “Não! Isso foi feito por vocês”, e assim motivados por Picasso e Zizek, correlacionando as manifestações com vandalismo ao que se referem a sociedade brasileira perante os últimos atos deveríamos responder: “Isso é resultado de sua divisão de classes!”. Talvez o que vivemos no Brasil nos seus últimos atos de manifestações, por direitos, é uma parte da população antes invisível se propondo a afirmar a sua existência e pedindo para ser ouvida (ZIZEK, 2014, p. 24-25).

Lembremos o pânico que se apoderou do Rio de Janeiro quando massas de favelados desceram do morro para as regiões ricas da cidade e começaram a saquear e a incendiar supermercados. Isto era de fato a violência divina. Os assaltantes eram como gafanhotos bíblicos, um castigo divino pelas ações pecaminosas dos homens. Essa violência divina que ataca vinda do nada é um meio sem fim – ou, como Robespierre afirmava em seu discurso ao reclamar a execução de Luís XVI: Os povos não julgam da mesma maneira que os tribunais; não pronunciam sentenças, disparam os canhões; não condenam os reis, precipitam-nos no vazio de onde vieram; e esta justiça não vale menos do que a dos tribunais (IASI, 2014, p. 157).

Não é por acaso que determinadas pessoas têm que desviar caminhos por conta de corpos mortos no chão, ou por conta de tiroteios, transitar em meio a lama, pegar condução precária devido a condição social do trabalho que é estruturante das relações sociais no mundo que vivemos, ela tem uma estrutura fundamental que é de violência. Essa estrutura a gente não percebe como violenta.

Zizek aciona um conceito de Peter Sloterdijk, denominado razão cínica. Trata-se de uma disposição onde nós contemporâneos assumimos diante do mundo, onde se transforma o cinismo em realidade. Zizek diz que Marx, fazendo uma alusão da frase de Cristo: “Perdoai, eles não sabem o que fazem”, onde que a dominação ideológica faz com que a gente aja sem saber o que está fazendo, porém de fato há consciência do ato. A exemplo do conceito de razão cínica, podemos citar o Mc Donald’s com o mc dia feliz, ao dizer que dinheiro será investido

numa causa nobre. Todavia trata-se de uma empresa que lucra 364 dias do ano destruindo a saúde das pessoas, empregando pessoas em regime de trabalho altamente explorador, criando fantasia de consumo as crianças, e no entanto, tira 1 dia pra ajudar pessoas. Isso constitui o cinismo. Para Žizek, é mais violento que o Mc Donald's se preocupe com as causas sociais, do que se houvesse a ausência dessa mobilização, porque a violência está no que tal mobilização pretende deixar subentendido: "vou pegar parte da riqueza que obtive e distribuir aos pobres", ele diz que a violência está nessa não visibilidade de não violência.

É melhor não fazermos nada do que empenharmo-nos em ações localmente limitadas que em última instância funcionam fazendo com que o sistema aja com menos atrito [...]. A ameaça hoje não é a passividade, mas a pseudo-atividade, a permanência de 'sermos ativos', de 'participarmos', de mascararmos o nada do que se move [...]. Por vezes, fazer nada é a coisa mais violenta que temos de fazer (ŽIZEK, 2014, p.188).

Lacan atribui a Marx a descoberta do sintoma. Segundo ele, "não foi ninguém senão Karl Marx quem inventou a noção de sintoma" (ŽIZEK, S. 1999, p. 297). Quando Lacan atribui essa descoberta a Marx, ele aponta para o modo como Marx concebeu a passagem do feudalismo para o capitalismo. Busca-se encontrar as origens da noção de sintoma na ligação em que Marx fez entre o capitalismo e o feudalismo. Para a compreensão desta passagem, é de fundamental importância elucidar a teoria marxista denominada como fetichismo da mercadoria.

Numa primeira aproximação, o fetichismo da mercadoria é "uma relação social definida entre os homens, que assume aos olhos deles a forma fantasiosa de uma relação entre coisas", o valor de uma certa mercadoria, que de fato e a insígnia de uma rede de relações sociais entre os produtores de diversas mercadorias, assume a forma de uma propriedade quase "natural" de outra coisa-mercadoria, o dinheiro: dizemos que o valor de uma certa mercadoria e tal ou qual volume de dinheiro. Consequentemente, o aspecto essencial do fetichismo da mercadoria não consiste na famosa substituição dos homens por coisas ('uma relação entre homens assume a forma de uma relação entre coisas'), mas, antes, num certo desconhecimento da relação entre uma rede estruturada e um de seus elementos. Aquilo que é realmente um efeito estrutural, um efeito da rede de relações entre os elementos, aparece como uma propriedade imediata de um dos elementos, como se essa propriedade também lhe pertencesse fora de sua relação com outros elementos (ŽIZEK, 1999, p. 308).

Este desconhecimento pode ocorrer por duas formas: numa "relação entre coisas" e também numa "relação entre homens". Marx explicita sua compreensão sobre a expressão deste valor. Para ele, "A mercadoria A só pode expressar seu valor em referenda a uma outra mercadoria, B, que assim se torna seu equivalente: na relação de valor, a forma natural da mercadoria B (seu valor de uso, suas propriedades empíricas positivas) funciona como uma forma de valor da mercadoria A" (ŽIZEK, 1999, p.308). Nesta perspectiva, o corpo de B se transforma em A, no espelho de seu valor. A respeito dessas duas formas de fetichismo Žizek diz:

Esse fetichismo nas relações entre os homens tem que ser chamado por seu nome apropriado: que temos aqui, como assinala Marx, são "relações de dominação e servidão" - ou seja, precisamente a relação do Senhor e do Escravo no sentido hegeliano; e é como se o recuo do Senhor no capitalismo fosse apenas um deslocamento, como se a desfetichização das "relações entre os homens" fosse paga com a emergência do fetichismo nas "relações entre as coisas" com o fetichismo da mercadoria. O lugar do fetichismo apenas se desloca das relações intersubjetivas para as relações "entre coisas" as relações sociais cruciais, as de produção, deixam de ser imediatamente transparentes, como o eram sob a forma das relações interpessoais de dominação e servidão (do Senhor com seus servos, e assim por diante); elas se disfarçam - para usar a formulação precisa de Marx: - "sob a forma de relações sociais entre coisas, entre os produtos do trabalho". Por isso, é preciso buscar a descoberta. (ŽIZEK, 1999, p. 310).

Tendo em vista a concepção de Marx a respeito da passagem do feudalismo para o capitalismo, pode-se compreender que com o estabelecimento da burguesia as relações de dominação e servidão são recalçadas. Sendo assim, “formalmente, parecemos estar lidando apenas com sujeitos livres, cujas relações interpessoais estão isentas de qualquer fetichismo; a verdade recalçada - a da persistência da dominação e da servidão - emerge num sintoma que subverte a aparência ideológica de igualdade, liberdade e assim por diante” (ZIZEK, 1999, p. 310).

Com base no que foi mencionado, surge então o seguinte questionamento: como essa relação de dominação e servidão se sustenta? Em resposta, podemos nos valer da concepção do cinismo como forma de Ideologia. O cinismo segundo Zizek

É a resposta da cultura dominante a essa subversão cínica [kynical]: ele reconhece, leva em conta o interesse particular que esta por trás da universalidade ideológica, a distância que há entre a máscara ideológica e a realidade, mas ainda encontra razões para conservar a máscara. Esse cinismo não é uma postura direta de imoralidade, mais parece a própria moral posta a serviço da imoralidade - o modelo da sabedoria cínica e conceber a probidade e a integridade como uma forma suprema de desonestidade, a moral como uma forma suprema de depravação, e a verdade como a forma mais eficaz da mentira. Esse cinismo, portanto, é uma espécie de perversa «negação da negação» da ideologia oficial: confrontada com o enriquecimento ilícito, com o roubo, a reação cínica consiste em dizer que o enriquecimento lícito é muito mais eficaz e, além disso, e protegido por lei. (ZIZEK, 1999, p. 313).

A ideologia cínica é precedida na tradição filosófica por três formas de concepção do conceito de ideologia: uma delas concebem uma leitura sintomal; que, porém, segundo Zizek “Já não podemos submeter o texto ideológico a uma “leitura sintomal”, confrontando-o com suas lacunas, com o que ele tem de reprimir para se organizar, para preservar sua coerência a razão cínica leva antecipadamente em conta essa distância.” (ZIZEK, 1999, p. 313). A outra origina os Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE); e, por último, temos a visão que deriva da análise do discurso. O segundo modo apresentado surge da noção de Althusser sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE), que como já mencionados, são instrumentos institucionais, meios pelos quais a ideologia se materializa sendo disseminado Ideologia Dominante pela sociedade.

Com isso podemos nos questionar, por quê violento é quebrar a Câmara dos deputados numa tentativa de chamar atenção da sociedade, e não o dinheiro roubado da população, onde falta remédio nos hospitais, pagamento de professores, médicos, servidores públicos, aposentados, etc.? Por quê a sociedade se escandaliza com um ônibus queimado numa manifestação em prol dos direitos trabalhistas e não com a violência contra ela todos os dias com transportes em péssimo estado de conservação, cortes de salários e etc?

Este tipo de questionamento, pode ser pensado com base na perspectiva conceitual de Louis Althusser no que tange à Luta de Classes, ao dizer que ao se tratar da reprodução da força de trabalho, não basta simplesmente assegurar a reprodução de sua qualificação, mas é necessário que haja nos trabalhadores a reprodução de uma submissão a ideologia em vigência, juntamente com a reprodução do poder de manipulação a ideologia dominante “para os agentes da exploração e da repressão, a fim de que também eles assegurem ‘com palavras’ a dominação da classe dominante” (ALTHUSSER, 1999, p. 108).

Na quarta das Teses **Sobre o Conceito de história**, Benjamin ao se referir a luta de classes, propõe uma dialética do material e do espiritual, explicitando o seu maior interesse que vai além do desenvolvimento das forças produtivas, das formas de propriedade ou do Estado, e da evolução dos modos de produção, e sim na “luta até a morte entre opressores e oprimidos, exploradores e explorados, dominantes e dominados” (LOWY, 2012, p. 59). Ou seja, sem também a motivação do espiritual a classe dominada não conseguiria lutar por sua libertação.

Numa sociedade de classes a normalidade é violenta, nada é mais violento do que o normal. A normalidade reproduz a lógica da relação de classe, como também diz Althusser. Só que Zizek insere a noção de violência pra pensar a violência na normalidade. O único gesto capaz pra romper com essa normalidade que estrutura a

sociedade de classes é a violência revolucionária. O gesto revolucionário da força messiânica é a ruptura com a linearidade do tempo, e pensar a partir da perspectiva de realidade e sonho, diz Benjamin. Ou seja, o tempo tem o lado do sonho e o lado da realidade, e o gesto revolucionário seria esse, a violência revolucionária.

Para Benjamin, violência revolucionária é a mais alta manifestação da violência pelo homem, onde também chamada de violência divina porém não denominada divina porque é vinda da ação de Deus, pelo contrário diz Zizek “a violência divina é um signo da própria impotência de Deus” (ZIZEK, 2014, p.156). Se refere a uma escolha por matar, ou por em risco sua própria vida, sem nenhuma proteção sobrenatural. A violência divina seria o próprio “trabalho do amor do sujeito” onde Zizek, elucida com duas citações de Che Guevara para uma melhor compreensão:

Arriscando-me a parecer ridículo, deixem-me dizer que o verdadeiro revolucionário é guiado por um grande sentimento de amor. É impossível pensar num revolucionário autêntico a que falte essa qualidade. [...] O ódio é um dos elementos da luta; o incansável ódio ao inimigo que nos impele para além das limitações naturais do homem e nos transforma em máquinas de matar eficazes, violentas, seletivas e frias. Nossos soldados têm de ser assim; um povo sem ódio não pode vencer um inimigo brutal. (GUEVARA apud ZIZEK, 2014, p. 158).

Não seria possível uma ação sem o poder que traz o amor, no entanto é o ódio que impulsiona o homem a agir além de suas limitações naturais, neste sentido do pensamento de Che Guevara, Benjamin porém não citando o mesmo, se vale da força messiânica onde também é o que seria capaz de alcançar o sonho da humanidade oprimida e dos que já morreram.

Walter Benjamin ao questionar a ideologia do Progresso tinha como objetivo romper com a linearidade do tempo. De acordo com Michael Lowy, “a preocupação de Benjamin não era com o declínio das elites ou da nação, mas com as ameaças que o Progresso técnico e econômico promovido pelo capitalismo faz pesar sobre a humanidade” (LOWY, 2012, p.23). Na Tese XIX, Benjamin menciona que:

A história é objeto de uma construção, cujo lugar não é formado pelo tempo homogêneo e vazio mas por aquele saturado pelo tempo-de-agora (Jetztzeit). Assim, a antiga Roma era, para Robespierre, um passado carregado de tempo-de-agora, passado que ele fazia explodir do contínuo da história. A Revolução Francesa compreendia-se como uma Roma retornada. Ela citava a antiga Roma exatamente como a moda cita um traje do passado. A moda tem faro para o atual, onde quer que este se mova no emaranhado do outrora. Ela é o salto do tigre em direção ao passado. Só que ele ocorre numa arena em que a classe dominante comanda. O mesmo salto sob o céu livre da história é o salto dialético, que Marx compreendeu como sendo a revolução (BENJAMIN, 2011, p.119).

Vale salientar o trecho “o salto de tigre em direção ao passado” que consiste em resgatar a herança da humanidade oprimida, que de fato não morreu, em busca da revolução do proletariado sobre a classe dominante no presente, esse se concretiza o gesto revolucionário. Benjamin com tal pensamento, finda aí com a linearidade do tempo e o ponto crucial de sua crítica era o Progresso em favor de uma ruptura.

O tempo mecanicista regido pelo relógio era visto por Benjamin como um tempo vazio o qual ia em rumo ao Progresso e somente a ação revolucionária seria capaz de interrompê-lo. Tal ação que é realizada no presente, com um poder coletivo que habita na humanidade oprimida – ou seja, para Benjamin, o Messias é o proletário. E a força messiânica seria então uma motivação para uma transformação na vida em que vivemos, em memória ainda da luta dos que já morreram.

Na tese XVIIa, ele insiste que o tempo imperado pelo gesto messiânico transformaria a sociedade sem classes o qual sempre foi o sonho da humanidade em que foi oprimida e assim por fim a tempestade do Progresso, porém uma sociedade sem a divisão de classes, diz Benjamin “não é a meta final do progresso na história, mas, sim, sua interrupção, tantas vezes malograda, finalmente efetuada” (BENJAMIN, 2011, p. 134).

Em suma, a violência divina entendida por Benjamin e apresentada por Zizek, pode ser entendida, como “irracional”, onde Zizek nomeia como uma “expressão de pura pulsão, da não morte, do excesso de vida, que fere a ‘vida nua’ regulada pela lei”. (ZIZEK, 2014, p. 155). Com isso, a violência divina é o oposto da violência “mítica” em que a primeira “se exerce contra toda a vida, em favor do vivente” e a segunda é uma violência sangrenta, que atua contra a mera vida. A violência mítica exige sacrifícios e a violência divina os aceita (BENJAMIN apud. ZIZEK, 2014, p. 154).

O pensamento de Zizek tem como objetivo pensar a atual democracia num estado de exceção junto ao conceito de violência divina. Tal conceito remete a uma urgente necessidade da ruptura da linearidade no tempo histórico, já mencionada anteriormente, no qual se possibilita uma nova visão de mundo onde a violência é uma forma de “resgatar as coisas à sua catástrofe”; o esfacelamento da continuidade, um ato contrário ao servilismo a história de vencedores, o novo cursar da ordem profana e cronológica são reflexo do pensamento benjaminiano onde Maria João Cantinho esclarece tal ponto (CANTINHO, 2014). A violência divina é brutal e destrutiva, Cantinho acrescenta ainda:

[...] Em lugar de colocar os limites e as fronteiras do direito, ela aniquila-os”, fazendo uma releitura de Benjamin ela complementa que é na aniquilação do poder reacionário do estado onde a violência divina “lava a falta”, a culpa, porém, “liberta o culpado não só da falta mas também do direito” (CANTINHO, 2014).

Sendo assim, não necessariamente a violência divina deva ser justa, afinal ela não age por meio de um Deus Divino sublime e bondoso, e sim em sinal “da própria impotência de Deus” (ZIZEK, 2014, p.156). Refere-se numa escolha importante e decisiva entre matar, arriscar-se e até em perder a própria vida, sem proteção sobrenatural, em favor de algo ou de alguém, movido pelo gesto messiânico, onde uma nova ordem possa agir.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTHUSSER, L. Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado (Notas para urna investigação). In: ZIZEK, S (org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro, Contraponto, 1999.
- BENJAMIN, W. **Obras escolhidas** – magia e técnica, arte e política. Ed. Brasiliense, 2011.
- CANTINHO, M. J. **Do conceito de Violência Divina em Benjamin ao Conceito de Violência em Zizek**, 2014. Disponível em: <https://mjcantinho.com/2014/05/01/do-conceito-de-violencia-divina-em-benjamin-ao-conceito-de-violencia-em-zizek/> Acesso em: 19 jun. 2017.
- IASI, M. Posfácio. In: ZIZEK, S. **Violência**. São Paulo, 2014.
- LOWY, M. Walter Benjamin: aviso de incêndio - uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. São Paulo, Boitempo, 2005.
- TVBOITEMPO. **Violência**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=29YFfKZD1B0> acesso em: 12 jun. 2017
- TVBOITEMPO. **Vamos falar de violência?** Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=XJyI_BIN-QIA&t=377s acesso em: 12 jun. 2017
- ZIZEK, S. **Violência**: seis reflexões laterais. São Paulo, Boitempo, 2014.

ABSTRACT

This article aims at punctuating the concept of divine violence formulated by Walter Benjamin, as worked by Slavoj Zizek, from the Marxist theoretical formulation regarding the division of society into classes. For this we will use the theory of Louis Althusser that questions the importance of ideology in class society.

Keywords: Violence; Idiology; Zizek; Althusser; Walter Benjamin.

FRANKENSTEIN:

UM OLHAR SOBRE AS DIFERENÇAS ENTRE AS EDIÇÕES DE 1818 E 1831

Ana Carolina Lannes da Silva Barros¹

RESUMO: Este trabalho tem por objetivo a análise contrastiva das edições de 1818 e 1831 do romance *Frankenstein*, de Mary Shelley, com o intuito de identificar as diferenças entre as duas versões e apontar as possíveis razões para as alterações feitas na edição de 1831, que é a versão mais comercializada e traduzida. Para tanto, foram identificadas as alterações feitas pela autora, assim como se procedeu ao mapeamento das hipóteses levantadas pelos críticos para as alterações na última edição da obra. Por meio de registros bibliográficos, buscou-se verificar as possíveis relações entre dados da biografia da autora e tais alterações.

Palavras-chave: Frankenstein; Mary Shelley; Literatura Gótica; Estudos Literários; Literatura Inglesa.

INTRODUÇÃO

O romance **Frankenstein**: or the modern Prometheus, escrito por Mary Wollstonecraft Shelley, em 1818, é, até hoje, um grande clássico literário, não apenas pelas características típicas da literatura gótica, com nuances de literatura de horror e de ficção científica, mas também pelos debates que tem provocado.

Em 1823, houve uma nova edição do livro, que, apesar de conter algumas revisões ortográficas e seleção de palavras diferentes, foi considerada parecida com a primeira. Entretanto, em 1831, a autora modificou novamente o texto original, alterando substancialmente a edição. Essa revisão chamou bastante a atenção de muitos leitores e teóricos, para quem o foco do livro havia sido igualmente alterado. A autora não só expandiu a introdução como retirou a epígrafe, que consistia em um trecho de **Paradise lost** escrito por John Milton (1667), modificando também partes cruciais da narrativa. Para muitos estudiosos, a versão de 1818 contém os verdadeiros ideais e pensamentos de Mary Shelley e explica melhor as formações ideológicas de seu tempo, como afirma James O' Rourke (1999). No entanto, a edição de 1831, popular e em um único volume, passou a ser a mais conhecida dos leitores e é a mais utilizada nas traduções da obra.

A compreensão de uma obra exige a sua contextualização, assim, torna-se imperioso examinar o panorama sociocultural da época em que o romance foi produzido, bem como analisar o papel da autora nesse contexto. Pode-se dizer que Mary Shelley estava predestinada a ser escritora por ser filha de William Godwin e de Mary Wollstonecraft, porém, ela viveu em uma época em que ser mulher e escritora era um desafio, devido à resistência da sociedade e dos críticos literários. **Frankenstein** foi diversas vezes criticado, não só por conter referências a um novo tipo de ciência, a ciência empírica, mas também pelo simples fato de ter sido escrito por uma mulher. É relevante mencionar que Mary Shelley conviveu com autores renomados, que já haviam dominado o campo literário: seu pai, seu marido e seus amigos mais próximos. Consequentemente, ela precisava obter reconhecimento, em um meio que não valorizava a literatura escrita por mulheres.

Partindo da premissa de que o processo de autorrevisão empreendido pela autora na edição de 1831 tem sido pouco estudado no Brasil, este trabalho objetivou a análise das duas versões mencionadas, bem como da bibliografia existente sobre o tema, de tal modo que essa investigação nos permitiu aventar possíveis razões para as alterações feitas pela a autora em seu mais famoso livro.

¹ Graduada em Letras, Português-Inglês, pela Faculdade de Formação de Professores da UERJ.

ENTRE O HORROR E A FICÇÃO CIENTÍFICA

O gótico é um gênero que acompanha as mudanças da sociedade e suas necessidades. As inovações tecnológicas, os avanços científicos e os estudos de Darwin sobre a evolução no século XIX tiveram significativa influência sobre o gênero. O avanço científico causava medo à sociedade e os escritores góticos o revelavam em suas obras.

Mary Shelley foi a primeira autora a conectar a ciência ao gótico. É de conhecimento geral que o romance resultou de uma aposta entre amigos escritores no verão de 1816, que fora inesperadamente chuvoso e frio, obrigando-os a permanecer em casa, distraíndo-se com histórias de fantasmas. Lord Byron, que alugara a Villa Diodati, à beira do Lago Genebra, na Suíça, propôs a Mary, Percy Bysshe Shelley e ao seu médico pessoal, John Polidori, que escrevessem histórias de terror. Conforme a autora afirma na introdução ao romance, logo a proposta foi deixada de lado pelos demais. Porém, incentivada pelo marido, Mary Shelley persistiu em seu intento e além de expandir o conto original, criou uma história aterrorizante que se tornou um *best-seller* em sua época, ainda que causasse estranheza ao público leitor. A junção do gótico com pressupostos do romantismo e a ficção científica conferiu ao romance o seu caráter inovador:

Em sua conexão com o debate “princípio da vida”, portanto, Frankenstein pode considerar que, pela primeira vez, a preocupação que domina o engajamento gótico com a ciência e a indústria nos séculos seguintes: a interrupção das noções aceitas do ser humano (PUNTER; BYRON, 2004, p. 21).²

O romance inicia com uma série de cartas escrita por Robert Walton, o capitão de um navio, que relata o seu encontro com Victor Frankenstein, de quem ouve uma estranha história. Walton é um explorador e, assim como Victor, tem aspirações desmedidas, admitindo que faria qualquer coisa para alcançar seus objetivos. Ao ouvi-lo, Victor o alerta para os perigos da ambição exacerbada e começa, então, a narrar como sua sede de poder e conhecimento o fizera perder tudo que amava.

A motivação de Victor Frankenstein para criar um ser macabro fora exatamente a busca desmedida pela sabedoria. Desde o começo da história, a autora dá destaque aos pensamentos de Victor como expressão de um caráter egoísta. Na passagem a seguir, pode-se perceber como o cientista estava cego pelo poder e por seu complexo de criador:

Uma nova espécie me abençoaria como seu criador e fonte; muitas naturezas felizes e excelentes deveriam sua existência a mim. Nenhum pai poderia reivindicar a gratidão de seu filho tão completamente como eu deveria merecer a deles. Perseverando nessas reflexões, pensei que, se eu pudesse conferir animação a uma matéria sem vida, eu poderia com o passar do tempo (embora eu agora considere impossível) renovar a vida onde a morte aparentemente devolvera o corpo à corrupção (SHELLEY, 1831, p. 39).

Ao tentar criar uma nova espécie, que o adoraria e idolatraria como um pai, Victor utilizara seus conhecimentos científicos para juntar partes de pessoas mortas e formar assim o ser perfeito. Porém, o cientista criara algo completamente diferente do que imaginara: uma criatura que, desde o primeiro momento de vida, julgara repulsiva. Ao decidir abandoná-la, Frankenstein comete o seu primeiro grande erro. As consequências desse abandono o perseguem até o fim de sua vida, pois a criatura começara a sentir ódio por seu criador e a desejar vingança, atingindo assim a todos em torno de Victor. Contrariando o seu objetivo, que era criar vida, Victor Frankenstein traz a morte para sua família e, no final, acaba tendo o mesmo destino. Após ouvir toda a saga de Frankenstein e contá-la à sua irmã através de cartas, Walton percebe que deve voltar a casa e esquecer sua ânsia de conhecimento.

² A tradução dos textos em língua inglesa citados foi realizada pela autora do artigo.

Em geral, a ficção gótica tem como elementos o mistério, cenários medievais e em ruínas, bem como a presença do sobrenatural. Frankenstein, além de conter alguns desses elementos, também incorpora traços do que viria a ser posteriormente reconhecido como ficção científica:

No século XIX, o avanço tecnológico fez com que muitas visões futuristas, que se acumulavam desde o Renascimento, se tornassem parte do cotidiano das grandes cidades. É, portanto, natural que essa época tenha testemunhado não só o nascimento do gênero literário que ficou mais tarde conhecido como ficção científica, mas também uma produção bastante extensa dessa literatura nascente, que se volta então para os efeitos danosos ou benfazejos do desenvolvimento científico e tecnológico (LA ROCQUE; TEIXEIRA, 2001, p. 12).

A ficção científica lida com o impacto da ciência sobre a sociedade. Inegavelmente, essa característica está presente em **Frankenstein**. Desde os estudos de Victor até a criação e desenvolvimento do monstro, tudo o que acontece tem um embasamento científico, ainda que prescindindo da verossimilhança. Diferentemente de textos anteriores da tradição gótica, no romance, o sobrenatural tem explicações racionais e o vilão gótico tradicional se transforma em cientista. Em **Frankenstein**, não há confusão entre o real e o imaginário, porém, para o leitor, a obra contém algo que Tzvetan Todorov (1975) denomina *uncanny*, ou seja, acontecimentos insólitos que são explicados pela lei da razão, porém continuam sendo extraordinários e incríveis.

Mary Shelley, por meio de uma crítica sutil, porém facilmente perceptível, condena o cientista ambicioso, em um momento em que novas ciências, baseadas em métodos indutivos, estavam ganhando espaço. Para a autora, o tipo de experimento científico que Victor praticou era algo que fugia a ética e, por isso mesmo, ele teve de lidar com as consequências de seus atos.

FRANKENSTEIN E O GÓTICO FEMININO

Quando Ellen Moers utilizou o termo “gótico feminino”, em 1976, ela o definiu simplesmente como “o trabalho que as mulheres escritoras vêm fazendo no modo literário que, desde o século dezoito, nós chamamos de gótico” (1976, p. 90). Para Moes, a diferença entre o gótico produzido por mulheres e o gótico produzido por homens vai além das diferenças entre suspense e horror.

Para falar do gótico feminino e tentar entendê-lo é necessário explicitar sua trajetória desde as origens, com Clara Reeves, em 1777, passando pela grande atenção que o gênero recebeu nos romances de Ann Radcliff, até a mudança na temática do gênero acrescentada por Mary Shelley e sua quebra de padrões. Mesmo sem a denominação de “gótico feminino”, muitas obras escritas por mulheres no século XVIII possuíam as mesmas características e utilizavam os mesmos mecanismos. As principais características dessas obras são: o uso de suspense ao invés de horror, a centralização em uma personagem principal feminina, suas experiências como indivíduo e a fuga do meio social.

O gótico, por ser um gênero que proporciona a libertação de toda estrutura clássica, torna-se aberto a exposição das críticas sociais, o que atraiu muitas escritoras que desejavam mudar o cenário patriarcal da literatura, dando mais espaço às histórias escritas por mulheres:

Com as noções de Ellen Moers de ‘Gótico feminino’ ser um modo de expressar medos sobre sexualidade e o parto de uma criança, uma das mais significantes direções para a crítica recente do Gótico foi estabelecida. Um desafio, ou uma indagação, de formas de ficção dominadas pelos pensamentos patriarcais, romances Góticos têm sido relidos como uma parte de um maior movimento crítico feminista que recupera escritas esquecidas ou marginalizadas de mulheres que mencionam problemas da experiência feminina, opressão sexual e diferença (BOTTING, 1996, p. 12-13).

Ann Radcliff obteve grande sucesso na propagação do gótico feminino no século XVIII. A autora era um caso raro, pois agradava tanto ao público quanto à crítica. Suas obras começaram a ter grande repercussão após o lançamento de **The mysteries of Udolpho** (1794), romance que consolidou sua carreira literária, e **The Italian** (1797), considerado um clássico da literatura gótica:

Um grande público recompensou Mrs. Radcliff a fazendo a romancista Inglesa mais popular e bem paga do século dezanove. Sua premissa entre os “Terroristas,” como eram chamados, foi pouco desafiada em seus dias, e leitores modernos de **Udolpho** e **The Italian** continuam a saudá-la como a amante da forma Gótica pura (MOERS, 1976, p. 91).

Logo no início da década de 1790, Radcliff deu novas características ao gótico feminino e serviu de inspiração para outros autores. Na literatura gótica radcliffiana, os elementos principais eram a caracterização do terror de forma a prender a atenção do leitor, a concepção de uma personagem principal feminina vitimizada e corajosa e seu compromisso com os valores morais da época. Porém, com o avanço do século XIX e as mudanças que ocorreram na sociedade, o gótico *radcliffiano* começou a perder sua força, não só por não abordar o aspecto psicológico do gênero, mas também porque o recurso do sobrenatural com explicações racionais começou a ser considerado ultrapassado.

Mary Shelley, assim como inovou o gótico introduzindo a ficção científica, também foi de grande importância para a evolução do gótico feminino. **Frankenstein** (1818) ignora todas as características anteriormente descritas como essenciais ao gótico feminino e, mesmo assim, transmite uma importante mensagem sobre os receios do sexo feminino relacionados ao parto e à formação de um indivíduo, temas que geralmente não eram abordados em sua época mesmo fazendo parte da realidade de inúmeras mulheres:

Frankenstein de Mary Shelley, em 1818, transformou o romance Gótico no que hoje nós chamamos de Ficção Científica. *Frankenstein* trouxe uma nova sofisticação ao terror literário, e conseguiu isso sem uma heroína, sem até mesmo uma vítima feminina importante. Paradoxalmente, porém, nenhum trabalho literário de nenhum tipo escrito por uma mulher, melhor expõe e explica as características do sexo de seu autor. Porque *Frankenstein* é um mito sobre nascimento, e um que estava engendrado na imaginação da romancista [...] (MOERS, 1976, p. 92).

A LITERATURA COMO HERANÇA

Pode-se dizer que Mary Shelley estava predestinada a virar escritora desde seu nascimento: nascida em 1797, em Londres, a autora conviveu em um cenário bastante instigante, por conta de ideais radicais e pensamentos políticos de grande impacto. William Godwin, seu pai, foi um revolucionário que usava suas obras para desafiar o governo, escrevendo sobre a Revolução Francesa; sua mãe, Mary Wollstonecraft, foi uma das pioneiras do movimento feminista britânico, ao escrever um de seus trabalhos mais importantes: **A Vindication of the rights of women**. Wollstonecraft sempre criticou mulheres que davam mais valor aos seus próprios sentimentos do que à educação e à racionalidade.

A conexão de Mary com a escrita é ainda mais profunda. Durante toda a sua vida, por conta de seu parentesco, Mary esteve ligada a um grande círculo de poetas, figuras políticas e romancistas. Aos 15 anos, conheceu seu futuro marido, o escritor Percy Bysshe Shelley, com quem viveu uma relação amorosa extremamente conturbada. Quando se encontraram pela primeira vez, ele ainda estava casado com Harriet Westbrook e, mesmo assim, Percy e Mary tomaram a decisão de viajar juntos, fugindo de suas responsabilidades. Como consequência dessa fuga, William Godwin deserdou Mary, cuja gravidez agravou a já complexa situação. A primeira filha do

casal, prematura, viveu apenas por algumas semanas. Algum tempo depois, já com uma situação financeira mais estável, Mary deu à luz o seu segundo filho, William.

O desgosto de William Godwin teve grande impacto na vida de Mary. Ao voltar dessa viagem, Mary teve de suportar a ira do político que, além de romper relações com Mary e Percy, proibiu a família de visitá-los ou escrever-lhes. Além das dificuldades financeiras que teve de suportar, Mary sofreu com o isolamento que lhe fora imputado pelo pai. Mary Poovey (1985), em seu livro sobre ideologias femininas, reporta-se ao fato, citando algumas partes de cartas escritas pela própria Mary Shelley:

Depois de seis semanas na Europa, Percy, Mary e Claire voltaram para Londres em 13 de setembro. Lá eles descobriram a extensão da condenação de Godwin (ele não permitiria que ninguém na família a visitasse ou escrevesse, e, embora continuasse a perseguir Percy por dinheiro, ele não queria ver seu nome e Percy no mesmo cheque); eles também sofreram as consequências práticas das dívidas que Percy havia contraído por conta de sua herança antecipada. Intermitentemente separada de Percy para que ele pudesse evitar os oficiais de justiça, Mary sentiu-se cada vez mais isolada e rejeitada (POOVEY, 1985, 119).

As relações familiares de Mary afetaram sua escrita e sua produção literária. Durante esse período de distanciamento, a autora pode sentir a pressão de ter um marido exigente e estudioso e pais escritores renomados. Em algumas partes da nova introdução da edição de 1831, Mary Shelley fala sobre sua relação com o marido e de suas cobranças, enfatizando sempre o fato de que havia uma expectativa de que ela se equiparasse à importância dos seus pais:

[...] desde o início, meu marido mostrou-se muito ansioso que eu provasse ser digna de meus pais e me incluísse nas páginas da fama. Ele estava sempre incitando-me a conseguir reputação literária, o que então também me preocupava, embora depois eu tenha me tornado bastante indiferente a isso. Naquela ocasião, ele desejava que eu escrevesse, não com a ideia de que eu fosse capaz de produzir algo de importância, mas para que ele pudesse julgar o que eu seria capaz de realizar no futuro (SHELLEY, 1831, p. 13).

As cenas contidas no livro, como os atos de crueldade contra o monstro, os assassinatos violentos e assustadores e, em particular, a gênese da criatura, descrita de maneira tão explícita e grotesca, podem ser atribuídas ao fato de a autora exigir muito de si mesma e também à sua vontade de ser reconhecida pelo público como uma escritora de peso. Poovey (1985) especula que as expectativas que Percy tinha em relação à Mary faziam com que esta associasse a escrita a uma agressiva vontade de ser famosa, sedimentando, assim, o legado de seus pais.

EDIÇÃO DE 1831: UMA AUTORREVISÃO POLÊMICA

Há, até hoje, debates sobre qual seria a melhor versão do texto de *Frankenstein*. Anne Mellor (1990, p. 37) e Marilyn Butler (1996, p. 304) argumentam que a versão de 1818 é a melhor, por conter a verdadeira raiz do pensamento da autora no momento em que foi publicada. Porém, é importante notar as alterações feitas na edição de 1831 e refletir sobre a sua natureza e não julgá-las apenas como mera conformidade com as normas da sociedade.

Em sua introdução à versão de 1831, Mary Shelley comentou as mudanças que realizou, frisando que aquela era uma revisão de ordem estilística, que não alterava o conteúdo do livro.

Não acrescentarei senão uma palavra quanto às alterações que fiz. Referem-se principalmente ao estilo. Não alterei qualquer parte da história nem introduzi idéias ou situações novas. Corrigi a linguagem onde estava tão seca que seria capaz de interferir com o interesse da narrativa; e essas alterações ocorrem qua-

se que exclusivamente no início do primeiro volume. Além do mais, acham-se inteiramente restritas àquelas partes que nada mais são do que adjuntos da história, preservando, contudo, o essencial (SHELLEY, 1831, p. 13).

No entanto, o leitor pode perceber que as mudanças não foram insignificantes, pois a primeira parte do livro foi praticamente reescrita para dar mais ênfase à infância de Victor Frankenstein e à importância desta para o desenrolar da história.

Durante os treze anos que se passaram entre as duas edições, diversos acontecimentos –alguns drásticos –, colaboraram para modificar a visão de mundo da autora: seus filhos Clara e William faleceram; ela deu à luz outro filho, Percy, que seria o único a sobreviver; pouco tempo depois, sofreu um aborto espontâneo e, por fim, em 1822, defrontou-se com o falecimento súbito de seu marido, por afogamento, durante uma tempestade.

A par desses eventos, a moral vitoriana se introjetava na sociedade da época, o que alguns estudiosos afirmam ter colaborado para domar o espírito revolucionário da autora. É inegável, também, que, aos trinta anos, ela atingira uma maturidade que não podia mais comparar-se à experiência da jovem de dezoito anos que escrevera **Frankenstein**.

A leitura das duas edições demonstra que, na última, a autora buscou enfatizar a importância da educação na formação do indivíduo. Na edição de 1818, Victor Frankenstein fala sobre sua criação de modo sucinto: “Nenhuma infância poderia ter sido mais feliz que a minha. Meus pais eram indulgentes, e minhas companhias amigáveis” (SHELLEY, p. 18). Na edição de 1831, Mary Shelley, de certo modo, tenta explicar o comportamento de Victor associando-o ao tratamento que ele havia recebido dos pais:

Eu era seu brinquedo e seu ídolo, e algo melhor - seu filho, a inocente e desamparada criatura dada a eles pelos céus, quem eles levariam ao bem, e cujo futuro estava em suas mãos para direcionar à felicidade ou à miséria, de acordo com o cumprimento de seus deveres a mim (SHELLEY, 1831, p. 19).

Nessa passagem, no início do livro, é possível notar a visão de Victor sobre o que significa ser pai. Pode-se perceber que Victor tem noção da importância da educação para a felicidade de um indivíduo, o que, de certo modo, o torna também culpado de todas as ações da criatura após o abandono que esta sofre. A culpa dos pais de Frankenstein é igualmente expressa: ao tratarem Victor como um “ídolo”, eles criaram a base para o complexo de superioridade do filho e também para o seu desejo constante de validação. Na edição de 1831, a crítica não recai sobre ato físico de criar uma vida ultrapassando os limites da moral, mas sim sobre a responsabilidade de criar e guiar um indivíduo — no caso, a criatura— de maneira imprópria.

Em diversas partes do primeiro volume, o leitor pode perceber a obsessão de Frankenstein por dar vida a um ser que o venerasse e essa busca o impulsiona como cientista, como é possível observar na passagem a seguir: “Uma nova espécie iria me louvar como seu criador e fonte; muitas criaturas felizes e excelentes iriam dever sua existência a mim. Nenhum pai poderia exigir essa gratidão de um filho tão completamente como eu deveria merecer a deles” (SHELLEY, 1831, p. 39).

A primeira divergência significativa entre as duas versões citadas é a nova introdução escrita por Mary Shelley, que visa a explicar aos leitores como a história de **Frankenstein** foi escrita. Nessa introdução, a autora também comenta o fato de o prefácio de 1818, que se mantém na versão de 1831, ter sido inteiramente escrito por seu marido Percy Shelley.

Mary Shelley faz alterações em todo o primeiro volume, até mesmo acrescentando capítulos para expandir alguns assuntos. Por exemplo, no primeiro capítulo do volume I, é possível observar uma grande mudança no texto. Na edição de 1818, Elizabeth é prima de Victor e sua ida para a casa dos Frankenstein é descrita em apenas um parágrafo:

Meu pai tinha uma irmã, a quem ele amava com grande afeto, e que casou cedo com um cavalheiro Italiano [...] Mais ou menos no tempo em que eu a mencionei que ela morre; e alguns meses depois ele recebeu uma carta de seu marido, o familiarizando sobre sua intenção de casar com uma moça Italiana, e pedindo ao meu pai que tomasse conta de Elizabeth, a filha única de sua irmã falecida (SHELLEY, 1818, p. 47).

Na edição de 1831, a autora altera essa passagem drasticamente e transforma Elizabeth em uma órfã que Victor e sua mãe, Caroline, encontram enquanto visitam o vilarejo próximo do local onde moram. Os dois ficam encantados com a diferença entre Elizabeth Lavenza e seus irmãos, pois Elizabeth é loura e de olhos claros, enquanto seus irmãos são robustos e têm cabelos escuros. Nessa versão, a autora dá mais relevo à história de Elizabeth e faz uma introdução gradual da menina, agora órfã, à família Frankenstein. Após ver Victor brincando com a garota na vila, seu pai decide adotar a jovem:

Quando meu pai retornou de Milão, ele encontrou brincando comigo no corredor de nossa vila uma criança mais branca que a imagem de um anjo - uma criatura que parecia radiar brilho com sua aparência e cuja forma e movimentos eram mais leves que a camurça dos morros. [...] Eles consultaram o padre do vilarejo, e o resultado foi que Elizabeth Lavenza se tornou habitante da casa de meus pais -minha mais que irmã- a linda e adorada companheira de todas as minhas ocupações e prazeres (SHELLEY, 1831, p. 20- 21).

Outra alteração de vulto realizada por Mary nessa edição foi a introdução de um novo segundo capítulo e a transformação do capítulo II da edição de 1818 no capítulo III. Esse novo texto dá ênfase à infância de Victor e à sua relação com os pais, além do amigo Clerval e Elizabeth:

Nenhum ser humano pode ter passado uma infância mais feliz que eu. Meus pais eram possuídos pelo espírito de bondade e indulgência. [...] Quando eu socializava com outras famílias, eu distintivamente discernia o quão peculiarmente afortunado eu era, e a gratidão melhorava o desenvolvimento do amor familiar (SHELLEY, 1831, p.23).

O texto também revela que sua vontade de aprender novas ciências e controlá-las surgira antes de seus estudos universitários e que seu humor era ditado por seu conhecimento: “Meu temperamento era às vezes violento, e minhas paixões veementes; mas por alguma razão elas não se concentravam em buscas infantis, mas sim em uma vontade intensa de aprender” (SHELLEY, 1831, p. 23).

Na versão de 1818, o pai de Victor parece interpretar como obrigação as suas tarefas de pai e marido, mas na versão de 1831 ele é movido pelo amor e pelo senso de justiça. Pode-se notar essa diferença comparando-se o texto com a revisão de 1831:

Quando meu pai se tornou marido e um pai, ele encontrou seu tempo tão ocupado pelos deveres de sua nova situação, que ele renunciou muitos de seus empregos, e se devotou a educação de seus filhos (SHELLEY, 1818, p.47).

Existia uma diferença considerável entre as idades de meus pais, porém essas circunstâncias pareciam uni-los ainda mais em laços de devoção e afeto. Existia um senso de justiça na mente de meu pai; que exigia aprovações veementes e um amor forte (SHELLEY, 1831, p. 18).

Houve também uma pequena alteração no trecho em que Caroline contrai a doença que vem a ser a causa de sua morte. Ainda que com umas poucas alterações de palavras, Shelley conseguiu mudar a circunstâncias em

que ela ocorre. Na versão de 1818, Caroline entra nos aposentos de Elizabeth, que adoeceu com a febre escarlate, sem saber que ainda havia risco de contaminação. Na edição de 1831, a mãe de Victor adentra no quarto de Elizabeth sabendo que sua filha adotiva estava em um estado mais grave e precisando de cuidados, e, com seu bom coração e altruísmo, põe em risco a própria saúde, o que vem a causar sua morte:

Ela tinha, primeiramente, se curvado ao nosso pedido; porém quando ela soube que sua favorita estava se recuperando não pode mais se conter de sua associação, e entrou em seus aposentos muito antes que o perigo de infecção tivesse passado. As consequências dessa imprudência foram fatais (SHELLEY, 1818, p. 60).

Ela tinha, primeiramente, se curvado ao nosso pedido, porém, quando ela ouviu que a vida de sua favorita estava ameaçada, não pode controlar sua ansiedade [...] Elizabeth estava salva, mas as consequências dessa imprudência foram fatais para a sua curadora (SHELLEY, 1831, p. 28).

A última alteração a ser mencionada neste trabalho diz respeito à cena em que a criatura confessa sua culpa no assassinato de William, irmão mais novo de Victor Frankenstein, e relata como conseguiu fazer com que Justine, uma jovem criada da casa Frankenstein, fosse responsabilizada por esse ato.

Aqui, eu pensei, está um dos sorrisos que são reservados a todos, mas não a mim; ela não deve escapar: graças às lições de Félix e às leis sanguíneas dos homens, eu aprendi como funciona o mal. Eu me aproximei dela sem ser percebido, e coloquei o retrato seguramente em um dos bolsos de seu vestido (SHELLEY, 1818, p. 263).

Ao contrário do que a autora diz em sua introdução à edição de 1831, essa alteração não ocorre no primeiro volume do livro e também não pode ser considerada apenas estilística.

Na edição de 1818, como é possível notar no trecho anteriormente citado, a razão para a criatura culpar Justine é simples e descrita brevemente e o ato de colocar o retrato, que ele havia retirado do corpo de William, no bolso da jovem também é descrito de modo objetivo. Já na versão de 1831, a cena é quase completamente reescrita e ampliada:

Aqui, eu pensei, está um dos sorrisos que emanam felicidade que são reservados a todos menos a mim. E então eu me curvei sobre ela, e sussurrei, ‘Acorde, luz, seu amante está perto; aquele que daria sua vida para obter um olhar de afeição de seus olhos: minha amada, acorde!’

A adormecida se moveu; uma corrente de terror passou por mim. Realmente acordar, e me vir, e me xingar, e me culpar de assassinato? Ela, com certeza, agiria desse modo se seus olhos escuros abrissem e ela me visse. O pensamento era uma loucura; agitava a besta que havia em mim – não eu, mas ela, deveria pagar pelo assassinato que eu havia cometido; já que eu fui para sempre roubado de tudo que ela poderia me dar, ela deve perecer. O crime teve sua fonte nela: seja dela o castigo! (SHELLEY, 1831, p. 127).

Nesse trecho, o leitor consegue perceber a angústia da criatura. O ato de colocar a culpa em Justine é também descrito de maneira mais melodramática, assim como o motivo pelo qual a criatura a escolheu também é mais elaborado.

Essa alteração na história é de grande importância para o horror moral de **Frankenstein**, já que, até esse ponto, todos os atos de crueldade da criatura estavam apoiados na ideia de que ela estava apenas se defendendo das maldades do mundo. Porém, ao escolher Justine apenas por achar que ela nunca poderia amá-lo, o monstro a

incrimina injustamente e de forma deliberadamente cruel. Ao desenvolver essa parte da história, Shelley oferece uma visão mais profunda dos sentimentos da criatura.

Com essas alterações em sua obra, Mary Shelley conseguiu explicar melhor alguns dilemas morais pertinentes ao século XIX e à era vitoriana contidos na edição de 1818. Alguns estudiosos como Anne Mellor (1988), Ellen Moerz (1996) e, principalmente, James O'Rourke (1999) tentam explicar o motivo dessas mudanças por meio de sua biografia e de uma adequação aos pensamentos da sociedade da época.

Enfatizando a boa relação entre os pais de Victor, sua boa educação, mudando a caracterização de Elizabeth de prima para órfã adotada pela família Frankenstein e ampliando a visão da angústia da criatura para com as injustiças que ocorrem na sociedade, a autora se aproxima cada vez mais da “*exhibition of the amiableness of domestic affection, and the excellence of universal virtue*” que Percy descreveu no prefácio de 1818, o que pode fazer o leitor refletir mais profundamente sobre os motivos das adaptações feitas em 1831. Sobre isso, James O'Rourke comenta:

As revisões mais importantes de 1831 em *Frankenstein*, como a introdução da autora, focam nos dilemas morais apresentados no romance de 1818, cuja história de horror não depende somente dos atos de um indivíduo identificado como o malvado, que poderia facilmente ser distinguido do resto da sociedade, mas, sim, em uma derrapagem sistemática que começa em nossos sentimentos mais altruístas, nossas “afeições domésticas”, como eles constroem as convenções sociais que transformam a Criatura em um monstro; e a revisão mais longa de 1831 pondera como romances, e particularmente romances românticos, tendem a fortalecer esses preconceitos (O'ROURKE, 1999, p. 379).

Com essa reflexão, pode-se perceber que as mudanças feitas pela autora, em sua maioria, não foram somente estilísticas, possibilitando uma nova interpretação da obra.

A suposição de que os acontecimentos na vida da autora influenciaram as alterações feitas em *Frankenstein* é uma das teorias mais fortes sobre o assunto. Em seu estudo sobre o debate em questão, Mellor (1988, p. 170) explica que:

Por volta de 1831, as mortes de sua segunda filha, seu filho William, e de seu marido, seguidas da morte de Lorde Byron e a traição de sua amizade por parte de Jane Williams – acrescidas das suas circunstâncias financeiras limitadas e seu desespero devastador e cheio de culpa - tudo isso convenceu Mary Shelley de que a vida do ser humano é decidida não por escolhas pessoais ou por livre arbítrio e sim por forças materiais fora de nosso controle.

A questão é que Mary fora apresentada às teorias de Charles Darwin por seu pai e pelo então futuro marido, Percy Shelley, e Victor Frankenstein fora uma personagem construída segundo uma noção de ciência que, intimamente, Mary Shelley abominava: a ideia de que, ao invés de descrever e compreender a natureza, o homem deveria usar o conhecimento científico para controlá-la e manipulá-la. Assim, a primeira versão era muito mais centrada em Frankenstein do que na criatura:

Muitas e longas eram as conversas entre Lord Byron e Shelley às quais eu assistia como ouvinte devota, mas silenciosa. Durante uma delas, discutiu-se sobre várias doutrinas filosóficas e, entre outras, sobre a natureza do princípio da vida, e se havia possibilidade de ele ser descoberto e comunicado a algo. Eles falavam das experiências do Dr. Darwin (não me refiro ao que o doutor realmente fez ou disse que fez, mas no meu próprio interesse, no que se falava que ele teria feito), que havia guardado um pedacinho de vidro até que, por algum meio extraordinário, ele começou a se mover voluntariamente. Afinal de

contas, não era assim que a vida devia ser criada. Talvez se pudesse reanimar um cadáver; as correntes galvânicas tinham dado sinal disso; talvez se pudesse fabricar as partes componentes de uma criatura, juntá-las e animá-las com o calor da vida [...]Minha imaginação, solta, possuía-me e guiava-me, dotando as sucessivas imagens que se erguiam em minha mente de uma clareza que ia além dos habituais limites do sonho. Eu via — com os olhos fechados, mas com uma penetrante visão mental —, eu via o pálido estudioso das artes profanas ajoelhado junto à coisa que ele tinha reunido. Eu via o horrível espectro de um homem estendido, que, sob a ação de alguma máquina poderosa, mostrava sinais de vida e se agitava com um movimento meio-vivo, desajeitado. Deve ter sido medonho, pois terrivelmente espantoso devia ser qualquer tentativa humana para imitar o estupendo mecanismo do Criador do mundo. O sucesso deveria aterrorizar o artista; ele devia fugir de sua odiosa obra cheio de horror. Ele esperaria que, entregue a si mesma, a centelha de vida que ele lhe comunicara extinguir-se-ia, que aquela coisa que recebera uma animação tão imperfeita mergulharia na matéria morta, e ele poderia então dormir na crença de que o silêncio do túmulo envolveria para sempre a breve existência do hediondo cadáver que ele olhara como berço de uma vida(SHELLEY, 1831, p.14).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Alguns críticos, dentre eles Mellor, defendem a teoria de que os acontecimentos que permearam a trajetória da autora fizeram com que revisasse a própria obra, buscando explicar as ações da criatura como o resultado de uma determinação do meio ambiente. Tendo sido privada de tudo aquilo que dá suporte à vida humana, a criatura se transformara em um monstro. Mellor cogita, inclusive, que quando a criatura mata o pequeno William, irmão de Victor Frankenstein, de certo modo, concretiza na ficção, metaforicamente, a morte do pai de Mary, William Godwin, que se tornara o mais duro antagonista de sua vida adulta. Para Mellor, Shelley deseja que compreendamos as consequências morais dos nossos modos de ver o mundo, do nosso hábito de impor sentido ao que desconhecemos.

A par do olhar crítico sobre a obra e qualquer teoria acerca das alterações feitas na última edição do romance, resta-nos reconhecer que, indubitavelmente, *Frankenstein* tornou-se atemporal e trata de uma questão que transcende o olhar romântico certamente presente na sua gênese: o fato de que, para Mary Shelley, conforme a autora sinaliza no prefácio à primeira edição, os laços entre criador e criatura possibilitam um mergulho assustador nos meandros da natureza humana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BOTTING, Fred. **Gothic**. London: Routledge, 1996.

BUTLER, Marilyn. Introduction. **Mary Shelley, Frankenstein: or the modern Prometheus**. The 1818 text. Oxford: Oxford University Press, 1994.

HOMANS, Margaret. **Bearing demons: Frankenstein's circumvention of the maternal**. Chicago: University of Chicago Press, 1986.

MELLOR, Anne K. **Mary Shelley: her life, her fiction, her monsters**. New York: Methuen, 1988.

MOERS, Ellen. Female gothic. In: _____. **Literary Women: The Great Writers (New York: Doubleday, 1976)**.

O' ROURKE, James. The 1831 Introduction and revisions to **Frankenstein: Mary Shelley dictates her legacy**. **Studies in Romanticism**, n. 38, n. 3, 1999, pp. 365-85.

POOVEY, Mary. **The proper lady and the woman writer: ideology as style in the works of Mary Wollstonecraft, Mary Shelley, and Jane Austen**. Chicago: University of Chicago Press, 1984, pp. 114-42.

PUNTER, David; BYRON, Glennis. **The Gothic**. USA: Blackwell Publishing, 2004.

SHELLEY, Mary. **Frankenstein or the modern Prometheus**. London: Lackington, Hughes, Harding, Mavor & Jones, Finsbury Square (1818). Disponível em <https://archive.org/details/Frankenstein1818Edition>. Acesso 05 de jan. 2017.

_____. **Frankenstein** [1831], USA: Sterling Publishing Co. Inc., 2012.

_____. **The letters of Mary Wollstonecraft Shelley**, ed. Betty T. Bennett. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1980.

TODOROV, Tzvetan. **The fantastic**. A structural approach to a literary genre. Translated by Richard Howard. Ithaca, New York: Cornell University Press, 1975.

WALLACE, Diana; SMITH, Andrew. The female Gothic: then and now. **Gothic Studies**, May 2004, v. 6, issue 1, p.1-7.

ABSTRACT

This paper aims at the contrastive analysis of the 1818 and 1831 editions of Mary Shelley 's novel Frankenstein, in order to identify the differences between the two versions and to point out the possible reasons for the changes made in the 1831 edition, which is the version more translated and translated. For that, the changes made by the author were identified, as well as the mapping of the hypotheses raised by the critics for the changes in the last edition of the work. Through bibliographic records, it was sought to verify the possible relationships between data of the author's biography and such changes.

Keywords: Frankenstein; Mary Shelley; Gothic Literature; Literary Studies; English literature.

RESENHA DE *ESCRITORES, CRÍTICOS E LEITORES FORA DO LUGAR*

Erick da Silva Bernardes¹

HELENA, Lucia; OLIVEIRA, Paulo César S. (Orgs.) **Escritores, críticos e leitores fora do lugar:** contemporâneos na cena da globalização. Rio de Janeiro: Caetés, 2016, 144 p.

O livro **Escritores, críticos e leitores fora do lugar:** contemporâneos na cena da globalização (2016), organizado pelos professores doutores Lucia Helena e Paulo César S. de Oliveira, reúne reflexões sobre empobrecimento do debate intelectual na contemporaneidade. O volume volta-se para a literatura e os impasses decorrentes do desprestígio do pensamento crítico no aqui e agora da modernidade compreendida como líquida.

Ao abrir a coletânea, Maria da Glória Bordini examina a macroestrutura de economia e mercado e seus efeitos sobre a literatura no Brasil. Em sua crítica Bordini aponta a atual tendência das pessoas em assumir um comportamento sócio-cultural uniformizante enquanto leitores: “Os leitores-consumidores, diante da torrente de ofertas com que se deparam nas prateleiras, entre obras originais e traduções, iludem-se com um espetáculo de variedade e pletora como se a repetição de padrões não orientasse suas escolhas” (BORDINI, 2016, p. 22). No artigo “A circulação da mercadoria literária em tempos de globalização”, a professora rio-grandense observa no panorama literário brasileiro a estratégia de disponibilizar ao público leitor formas literárias “sintonizadas com as formas que veiculam novos comportamentos da sociedade globalizada” (BORDINI, 2016, p. 29), mas também procuram “traduzir” a multiplicidade de cenários e elementos que configuram cena cultural brasileira hodierna.

Na sequência do debate, com o artigo “A aldeia global do escritor pobre”, a pesquisadora e professora Lucia Helena investiga a situação do intelectual escritor em tempos de globalização, por meio da comparação da escrita do sul-africano John Maxwell. Coetzee, mais especificamente com a obra **Elizabeth Costello**, e do brasileiro João Gilberto Noll, com o romance **Berkeley em Bellagio**. Essa transição entre os séculos XX e XXI no tempo de ação das respectivas narrativas não é ocasional, seus enredos apresentam um ponto de vista menos voltado para a valorização da escritura, ou “economia da escrita”, e mais para o “panorama econômico e político do capitalismo mundial” (HELENA, 2016, p. 33). Ao chamar-nos à atenção para o caráter ambíguo que o termo globalização evoca, Helena, embora deixe claro que a realidade social é uma construção sócio-cultural muitíssimo complexa, impossível de ser tratada como um objeto fisicamente apercebido, a pesquisadora aponta semelhanças (não fortuitas) entre os personagens nas obras de Coetzee e Noll e a realidade que os cerca, não obstante seus trabalhos concorrem para o mesmo universo temático.

A partir do cotidiano acadêmico visto como matéria literária em obras típicas do que se convencionou chamar *campi novels*, Paulo César de Oliveira traz à contribuição o texto “A gloriosa tradição em crise: leituras comparadas de Ricardo Piglia e Rubens Figueiredo”. Ao propor um paralelismo teórico com o romance **O caminho de Ida** (2014) e com o longo conto “A última palavra”, integrante do livro **Contos de Pedro** (2006), de Piglia e de Figueiredo, respectivamente, o ensaísta ressalta a temática com base no ambiente acadêmico. No caso da primeira narrativa, **O caminho de Ida**, somos apresentados ao narrador-personagem argentino Emílio Renzi em reencontro com a professora Ida Brown, na renomada universidade estadunidense Taylor University. A história toma contornos enigmáticos desde o início com a frase da professora Brown: “Bem-vindo ao cemitério

¹ Discente do curso de mestrado do Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística (PPLIN), da FFP-UERJ. E também é aluno do curso de Especialização em Estudos Literários da mesma instituição.

aonde vêm morrer os escritores” (PIGLIA *apud* OLIVEIRA, 2016, p. 45), dando mostras do viés obscuro que reveste a trama. Já no conto “A última palavra”, do livro de Rubens Figueiredo, **Contos de Pedro** (2006), Oliveira aponta peculiaridades que nos põem em contato com a autoficção, pois, ao recriar o mundo do texto, a partir do não-texto, Figueiredo nos leva a refletir sobre o “duplo papel no sistema de crenças e valores que organizam o corpo social” (OLIVEIRA, 2016, p. 57). São reflexões que revelam sintomatologias mais que evidentes destes tempos de globalização, a saber, a crise das tradições acadêmicas, o desprestígio do intelectual e do pensamento crítico na contemporaneidade.

O professor Deneval de Azevedo Filho, em seu artigo “Bundo vasto Bundo: mercado, ideias e, afinal, o que é uma poesia?”, nos proporciona uma análise sobremaneira refrigerante sobre a poética do escritor capixaba Waldo Motta. Conforme aponta Deneval Filho, a fama do poeta espírito-santense esteve e está em desproporção com escritores que de fato foram e são compreendidos como marginais, porque Motta destoa da temática política dos escritores referidos como marginais dos anos 70, por exemplo, Álvaro Alvim, Chacal, Leila Mícolis, dentre outros. Quanto à forma, suas obras apresentavam disparidades a olhos vistos, “com o aproveitamento do espaço imagístico, do diálogo com textos canônicos, sendo sua poesia anticanônica por excelência, e nos jogos anagrâmicos da cabala” (AZEVEDO FILHO, 2016, p. 61). Com uma análise panorâmica desde o começo das produções de Waldo Motta até o livro de **Bundo e outros poemas** (1996), Azevedo Filho aponta um notável duplo sentido que o viés escatológico evoca: por um lado, voltado para excrementos fisiológicos e, por outro, associado ao léxico religioso ou transcendente, no que tange ao destino final do homem no universo, fazendo jus ao sentido etimológico de escatológico. Esse intelectual fora do cânone divergiria dos poetas malditos de 70, dando mostra de ser um “marginal ao quadrado” (AZEVEDO FILHO, 2016, p. 60).

Alargando nossa percepção teórica, o artigo da professora Virgínia Aparecida Ramos Filgueiras, “Polêmicas acerca do debate intelectual: compromisso do escritor Luiz Ruffato em um país periférico”, busca discutir a linha tênue existente entre literatura e mercado para o escritor na era da globalização. Filgueiras analisa a maneira como o profissional da comunicação Luiz Ruffato enxerga o seu papel de intelectual brasileiro hoje e o engajamento político articulado ao discurso ficcional contemporâneo. Além da abordagem sobre a escrita de Bernardo Kucinski, com **K.: relato de uma busca** (2014), comparativamente ao texto “O ataque”, que integra o livro **Vista parcial da noite** (2016), no terceiro volume da série **Inferno provisório**. Nessa correlação entre Kucinski e Ruffato, enfatiza-se um posicionamento teórico e prático dos respectivos ficcionistas, no que tange aos problemas apontados em suas obras: a péssima administração pública de um Brasil carente dos bens primários tão necessários a uma vida digna para o cidadão, e a história da ditadura militar, reconfigurada por meio da ficção, bem os modos violentos de um poder que pretendia calar quem porventura manifestasse descontentamento contra ações da polícia nas décadas de 70 e 80.

Virgínia Filgueiras põe o interlocutor a par da “celeuma decorrente de sua apresentação (no caso Ruffato) na Feira do Livro de Frankfurt (2013), enquanto convidado orador” (FILGUEIRAS, 2016, p. 77), em diálogo com questões muito caras à história do Brasil, “como a implantação do regime ditatorial da época e suas desastrosas consequências”, vistas na escrita de Kucinski (FILGUEIRAS, 2016, p. 81). Contudo, entre um e o outro escritor engajado politicamente a professora Filgueiras nos convida à reflexão, replicando a pergunta de Ruffato: “[...] o que significa habitar essa região situada na periferia do mundo, escrever em português para leitores quase inexistentes, lutar enfim, todos os dias, para construir, em meio a adversidades, um sentido para a vida” (RUFFATO *apud* FILGUEIRAS, 2016, p. 78).

Paula Alves das Chagas, no artigo “Intelectuais de plantão: reflexões sobre a imagem intelectual do escritor contemporâneo na mídia”, aborda as relações entre literatura e mercado e as consequências do “alto

desenvolvimento tecnológico e a adaptação do fenômeno literário às mídias digitais [...]” (CHAGAS, 2016, p. 95). Com base no romance **Reprodução**, de Bernardo Carvalho, a articulista postula que esse escritor faz da arte também um modo de atuação intelectual, através da crítica aos excessos de informações que inebriam o personagem blogueiro, estudante da língua chinesa e reproduzidor de discursos provenientes da *internet*. Assim, Chagas defende que a obra de Carvalho “não abre espaço para leitores como o estudante de chinês de *Reprodução* que, em vez de refletir e desenvolver um pensamento sobre aquilo que lê, apenas absorve e reproduz informações e opiniões fortes” (2016, p. 106).

No texto “*Em liberdade: alterbiografia de um eu-escritor embargado*”, Juliana Garcia dos Santos da Silva, examina o romance **Em liberdade**, de Silviano Santiago. Em formato de diário, essa obra de ficção volta-se, via narrador-personagem Graciliano Ramos, contra o apagamento tirânico da memória da ditadura de Getúlio Vargas sobre os intelectuais no Brasil. Valendo-se de uma espécie de reapropriação da memória do escritor de **Memórias do cárcere**, após a saída da cadeia, a articulista argumenta que a obra retoma uma “avaliação sobre regimes autoritários, como aquele que o próprio (Graciliano Ramos) experimenta” (SILVA, 2016, p. 109). Nesse sentido, a escrita de Santiago estaria de fato denunciando a opressão do regime autoritário e seus efeitos sobre a arte e, mais especificamente, a literatura, tocando em pontos nevrálgicos da história que a ditadura pretendeu apagar: o autoritarismo, a dor, enfim, o silêncio.

Com o artigo “Da arte transformada em consumo: o olhar de Salman Rushdie sobre a globalização”, Shirley de S. G. Carreira encerra a coletânea analisando os romances **Fúria e O chão que ela pisa**. Valendo-se de um olhar para a história da Índia e do Paquistão, por meio de ações protagonizadas por Solanka, em **Fúria e O chão que ela pisa**, o músico Ormus Cama (envolto em triângulo amoroso com Vina Apsara e Rai Marchant), Shirley Carreira expõe, via discurso literário, a necessidade de adaptação do sujeito de hoje à mobilidade crescente no espaço\tempo da sociedade globalizada. No primeiro romance, a personagem Solanka beira a explosão agressiva, por ver seu trabalho – a boneca Little Brain - ultrapassar a fama pretendida pelo seu criador e atingir o *status* de celebridade, no segundo, o caso de Ormus Cama, acerca do sumiço da amada Vina no decorrer do terremoto no México, provoca no músico um vazio, de certa forma significativo, pois este associa o abalo sísmico às fissuras consequentes aos processos identitários do homem contemporâneo, como efeitos colaterais do processo de aceleração cultural.

Enfim, **Escritores, críticos e leitores fora do lugar**: contemporâneos na cena da globalização apresenta uma multiface da cena literária hodierna. Pois, no que tange ao empobrecimento do debate intelectual na contemporaneidade, cada capítulo-artigo conecta-se com os outros, tal qual um rizoma de sentidos, pela proximidade de ideias.